



**DESPACHO**

TIPO / Nº: SPLE 16/2023

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

Vitor

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 01 de Agosto de 2023.

**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em    /    /   

- ( ) Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
( ) Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
(☒) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 01 de agosto de 2023.

  
**Relator(a)**

**DESPACHO**

TIPO/Nº: SPLE 16/2023

Na condição de Relator (a):

- ☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.
- ( ) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.
- ( ) Voto em separado
- ( ) Vista ao autor

Rio Grande, 01 de agosto de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

003

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: SPLE 16/2023

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☐ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 07 de Agosto de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

200

**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: SPLE 16/2023

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CTDEITAI, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☐ Admissível  
☐ Não Admissível  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não Admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de 10 de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

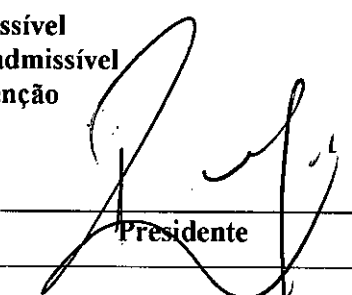
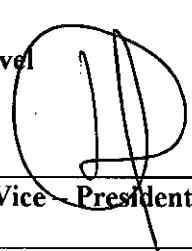
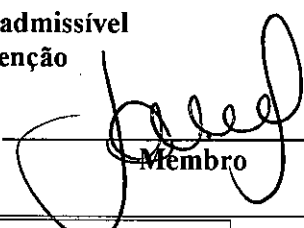
**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA  
ANIMAL**

Nº PROTOCOLO: 2801123

TIPO/Nº: SPLE 14123

AUTOR: EXEC. MUNIC.

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA):

<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input checked="" type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

☐ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

17/10

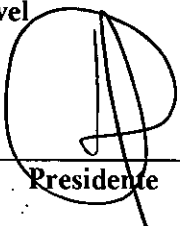
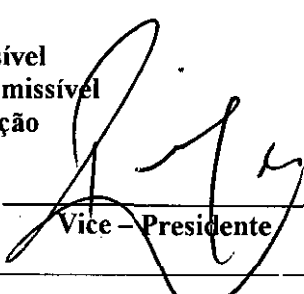
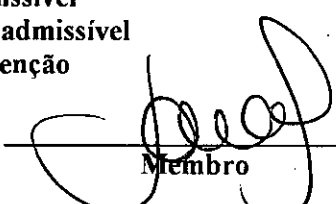
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Nº PROTOCOLO: 2801123

TIPO/Nº: SP/E/6127

AUTOR: EXEC. MUNIC.

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da **Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL)**:

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input checked="" type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>
<p><b>Vereador Lary</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

32  
2

**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**

Nº PROTOCOLO: 2805123

TIPO/Nº: SPUR 1613

AUTOR: EXGE MUN.

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COIHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> Membro</p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
Presidente

25/10/23

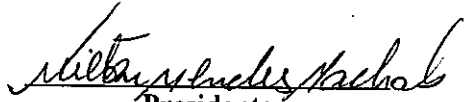
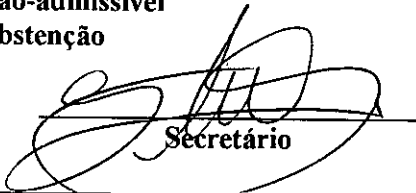
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: 2801/23

TIPO/Nº: SPLG 16/23

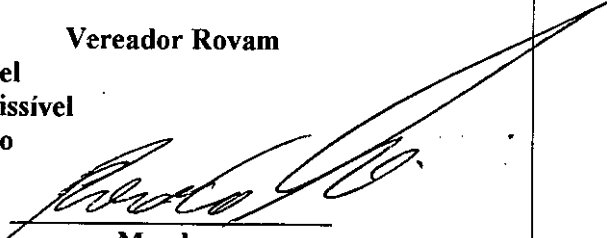
AUTOR: CMC MUNICIPAL

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereador Rovam**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de setembro de 2023.

  
Presidente

1-93

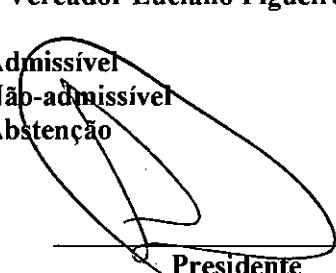
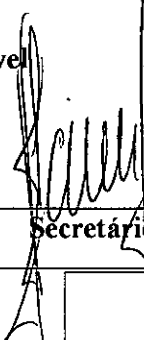
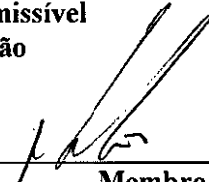


**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

Nº PROTOCOLO: 2801623  
AUTOR: EXEC. MUN.

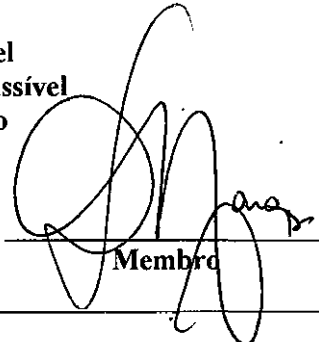
TIPO/Nº: SPLG.16123

Embasando-se na legislação correlata às atribuições da **Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP** (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereadora Professora Denise**

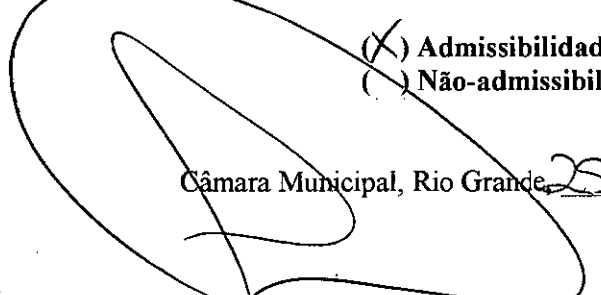
☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de Setembro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

13  
91

**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA**

Nº PROTOCOLO: EP011/23

TIPO/Nº: SPLE 16/23

AUTOR: EXCC. MUN.

Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

<p align="center"><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Vice - Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Secretário</p>	<p align="center"><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>

**Vereadora Professora Denise**

(X) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de Setembro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

21/10



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EMENDA SUPRESSIVA AO PLE Nº 32 /2023

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2023
ACEITO EM	/	/2023
APROVADO EM	/	/2023
REJEITADO EM	/	/2023
ARQUIVO	/	/2023

PROTOCOLADO SOB Nº 2865 /2023

EM 01 / 08 / 23

EMENDA

Exmo. Sr. Presidente

A vereadora abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

**Art.1º** Fica suprimido o Art.9º do Projeto de Lei Substitutivo 16/2023.

Rio Grande, 01 de Agosto de 2023.

  
Laurinha

Vereadora do MDB

**DESPACHO**

TIPO / Nº: SPG 16123 *ENEM 01*

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VAV

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 07 de Agosto de 2023.



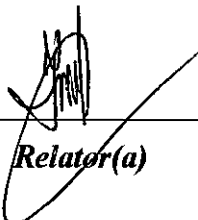
Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em    /    /   

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 07 de agosto de 2023.



Relator(a)



**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA: PARECER A EMENDA 32 AO  
SUBSTITUTIVO PROJETO LEI DO  
EXECUTIVO 016/2023**

Para análise desta Consultoria a emenda 32 ao Substitutivo Projeto de Lei do Executivo nº 016/2023 de autoria da Vereadora: Laurinha.


Analisando o processo epigrafado, entendemos por remeter o mesmo ao órgão de assessoria desta Casa, IGAM, que emitiu a Orientação Técnica 19.783/2023, à qual nos filiamos, na sua integralidade.

**Conclusão**

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela inviabilidade regular tramitação da emenda substitutiva 0032 ao PL nº 016/2023.

Rio grande, 30 de agosto de 2023.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 113936  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande

22

Porto Alegre, 29 de agosto de 2023.

**Orientação Técnica IGAM nº 19.783/2023**

I. O Poder Legislativo do Município de Rio Grande solicita análise e orientações acerca de Emenda Supressiva nº 32 ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 16, de 2023, que é de autoria do Poder Executivo, e que tem como ementa "ALTERA OS ARTIGOS 3º e 7º, DA LEI MUNICIPAL Nº 8.303 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, ASSIM COMO ACRESCE O ARTIGO 3-A, INCISOS I, II e III. ACRESCE O INCISO XII E O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 4º, ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 6º, ALTERA OS PARÁGRAFOS 3º E 5º DO ARTIGO 8º, ALTERA O PARÁGRAFO 1º E ACRESCE O PARÁGRAFO 4º AO ARTIGO 9º, ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 10 E TRANSFORMA O PARÁGRAFO ÚNICO EM PARÁGRAFO 1º E ACRESCE OS PARÁGRAFOS 2º, 3º E 4º, ASSIM COMO SUPRIME O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 18 DA MESMA LEI".

II. Preliminarmente, esclareça-se que, a rigor, emenda é toda alteração proposta por Vereador a projeto de lei que veio do Executivo. Em exame ao Regimento Interno desta Câmara Municipal, não constam dispositivos específicos sobre as emendas substitutivas ou de outro tipo. De qualquer forma, as emenda são analisadas enquanto proposições acessórias de outra para alterar projeto de lei em tramitação.

Na análise de uma emenda, espécie de alteração legislativa do projeto de lei original, cabe verificar primeiro se ela se relaciona aos dispositivos da proposição que pretende alterar, incluir ou suprimir. Segundo, se a emenda se relaciona a serviços cuja competência para disposição é privativa do Poder Executivo. Terceiro, se cria ou aumenta despesas. E quarto, se não produz nenhuma contradição, isto é, se mantém coerência com o texto da proposição como um todo.

O poder de emendar proposições que tramitam na Câmara Municipal é inerente ao exercício da atividade parlamentar. A apresentação de emendas aos projetos legislativos cabe a qualquer vereador ou a qualquer das comissões legislativas da Câmara. Podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, conforme visem, respectivamente, a eliminar, substituir, acrescentar ou alterar qualquer disposição do original.

Todavia, em relação às matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a capacidade de propor emendas possui óbice capaz de afetar sua viabilidade. As emendas que apresentem alterações substanciais ou determinem o aumento de despesa inicialmente prevista em projetos de leis de iniciativa privativa do Poder Executivo são consideradas inconstitucionais.

Nos casos em que a iniciativa seja privativa, não só o início do processo por Vereador está vedado, como também a propositura de emendas que o modifiquem.

A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...)” (ADI nº 3394/AM, Rel. Min. Eros Grau, Dje 15/8/08). (grifou-se)

Dessa forma, o STF sustenta que a análise da constitucionalidade da iniciativa deve restringir-se às matérias elencadas para o Executivo no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da CF, aqui citado tão somente com fins de analogia:

Art. 61. [...]

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (grifamos)

Esclareça-se que na competência constitucionalmente delegada aos Municípios para dispor sobre a matéria em análise, o exercício de tal autonomia se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os Poderes, consoante o princípio previsto desde a Constituição Federal e reproduzido no ordenamento jurídico dos outros entes federativos<sup>1</sup>. A título de exemplo, cita-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre a matéria ora analisada, como demonstra a ementa abaixo transcrita:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA. LEI MUNICIPAL DISPONDO SOBRE PROGRAMA DE REDUÇÃO GRADATIVA DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA.** 1. A Lei - Cachoeirinha nº 4.545, de 12SET19, padece de vício formal na medida em que o Poder Legislativo invadiu a seara de competência do Poder Executivo Municipal, pois afronta dispositivos constitucionais que alcançam ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa privativa para editar leis que disponham sobre normas de circulação e tráfego no âmbito do Município, especialmente no que se refere à redução gradativa de veículos de tração animal. 2. Verificada a ocorrência de vício de inconstitucionalidade formal e, conseqüentemente, afronta aos

<sup>1</sup> Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 10 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito. (grifou-se)

Lei Orgânica do Município de Rio Grande:

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e ao cidadão investido na função de um deles exercer as do outro, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica. (grifou-se)

quantitativamente o poder de emenda para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu:

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que – respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004)

Assim, desde que respeitadas as limitações ao poder de emendar estabelecidas na Constituição Federal, nada obsta que o vereador proponha emenda ao projeto de lei em tramitação.

Uma vez feitos esses necessários esclarecimentos preliminares, passa-se a examinar especificamente a emenda que se pretende fazer ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2023, que pretende alterar a Lei nº 8.303, de 2018, que dispõe sobre a redução dos veículos de tração animal, especificamente quanto à revogação do art. 9º que dispõe sobre a supressão do inciso V e do parágrafo único do art. 18 da Lei Municipal nº 8.303 de 2018.

Referidos dispositivos acima citados dispõem sobre as condições para resgate dos animais, respectivamente, sobre apresentação de cópia do Imposto Territorial Rural (ITR) da propriedade localizada em área rural para o qual o animal será destinado, e sobre o a prova da propriedade em nome do proprietário do animal.

Neste caso, mais uma vez se vislumbra interferência do Legislativo na organização e funcionamento dos serviços públicos municipais do Executivo, uma vez que a proposição sob a forma de emenda pretende dizer como esse serviço será prestado pela Prefeitura, em termos de estabelecimento de condições para prestação do serviço de resgate do animal pelos seus proprietários.

Com efeito, a proposição em análise se refere a serviços públicos, indo de encontro ao entendimento de que há esta interferência entre os Poderes, como se destaca no trecho transcrito abaixo decisão proferida nos autos do RE nº 745660, pelo Ministro Dias Toffoli:





arts. 8º, caput; 10; 60, II, "d"; e 82, II, III e VII, todos da CE-89, o que autoriza o manejo da presente ação direta de inconstitucionalidade. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE.** (Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70085690279, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em: 17-03-2023) (grifou-se)

Reitera-se que se parte-se do princípio de que a independência não pressupõe ingerência nos assuntos internos de um Poder pelo outro. Destarte, infere-se ilegítima a iniciativa do Legislativo sob a forma de emenda para o projeto de lei em análise.

III. Ante o exposto, em conclusão, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a formação da convicção dos membros desta Câmara e, ainda, assegurada a soberania do Plenário, opina-se pela inviabilidade da Emenda Supressiva nº 32, ora analisada, ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2023.

O IGAM permanece à disposição.

**Roger Araújo Machado**  
Advogado, OAB/RS 93.173B  
Consultor Jurídico do IGAM

## DESPACHO

TIPO/Nº: EMENDAS  
SPL 16/23

Na condição de Relator (a):

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: 2806123

TIPO/Nº: SPLG 16123 - EMENTA  
02

AUTOR: EXEC MUNICIPAL

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☐ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☐ Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
☒ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

[Assinatura]  
Presidente

[Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EMENDA SUPRESSIVA AO PLE Nº 33 /2023

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2023
ACEITO EM	/	/2023
APROVADO EM	/	/2023
REJEITADO EM	/	/2023
ARQUIVO	/	/2023

PROTOCOLADO SOB Nº 2900 /2023

EM 02/08/23

EMENDA

Exmo. Sr. Presidente

A vereadora abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

**Art.1º** Altera redação do inciso II do Art 3A do Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023, que passa a seguinte redação:

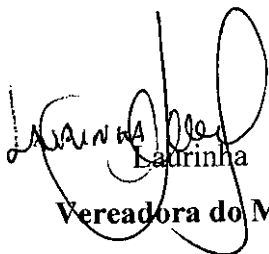
“**Art.3-A:** O Município ao aplicar a vedação de circulação dos VTAs na Zona Urbana, assume a obrigação de:

I- (...);

II- Entregar aos condutores cadastrados, veículos de propulsão humana ou elétricos, a ocorrer mediante entrega dos VTAs ao município, devendo haver a entrega efetiva dos veículos alternativos de tração não animal aos condutores cadastrados que tenham informado depender de carroças para o seu trabalho, no prazo de 90 dias contados o início da vigência da presente Lei;

III- (...);

Rio Grande, 02 de Agosto de 2023.

  
Laurinha  
Vereadora do MDB

**Justificativa:** A presente emenda se dá para evitar limitações impostas por patentes registradas.

25  
22

**DESPACHO**

**TIPO / Nº:** GENM 02 - SPC 16123

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

Mora

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 07 de Agosto de 2023.



**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em    /    /   

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 07 de agosto de 2023.



**Relator(a)**



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**

O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

## PARECER JURÍDICO

### **EMENTA: PARECER A EMENDA 33 AO SUBSTITUTIVO PROJETO LEI DO EXECUTIVO 016/2023**

Para análise desta Consultoria a emenda 33 ao Substitutivo Projeto de Lei do Executivo nº 016/2023 de autoria da Vereadora: Laurinha.

Analizando o processo epigrafado, entendemos por remeter o mesmo ao órgão de assessoria desta Casa, IGAM, que emitiu a Orientação Técnica 19.784/2023, à qual nos filiamos, na sua integralidade.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela viabilidade regular tramitação da emenda substitutiva 033 ao PL nº 016/2023.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

Rio grande, 30 de agosto de 2023.

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande



Porto Alegre, 29 de agosto de 2023.

**Orientação Técnica IGAM nº 19.784/2023**

I. O Poder Legislativo do Município de Rio Grande solicita análise e orientações acerca de Emenda Supressiva nº 33 ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 16, de 2023, que é de autoria do Poder Executivo, e que tem como ementa "ALTERA OS ARTIGOS 3º e 7º, DA LEI MUNICIPAL Nº 8.303 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, ASSIM COMO ACRESCE O ARTIGO 3-A, INCISOS I, II e III. ACRESCE O INCISO XII E O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 4º, ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 6º, ALTERA OS PARÁGRAFOS 3º E 5º DO ARTIGO 8º, ALTERA O PARÁGRAFO 1º E ACRESCE O PARÁGRAFO 4º AO ARTIGO 9º, ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 10 E TRANSFORMA O PARÁGRAFO ÚNICO EM PARÁGRAFO 1º E ACRESCE OS PARÁGRAFOS 2º, 3º E 4º, ASSIM COMO SUPRIME O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 18 DA MESMA LEI".

II. Preliminarmente, esclareça-se que, a rigor, emenda é toda alteração proposta por Vereador a projeto de lei que veio do Executivo. Em exame ao Regimento Interno desta Câmara Municipal, não constam dispositivos específicos sobre as emendas substitutivas ou de outro tipo. De qualquer forma, as emenda são analisadas enquanto proposições acessórias de outra para alterar projeto de lei em tramitação.

Na análise de uma emenda, espécie de alteração legislativa do projeto de lei original, cabe verificar primeiro se ela se relaciona aos dispositivos da proposição que pretende alterar, incluir ou suprimir. Segundo, se a emenda se relaciona a serviços cuja competência para disposição é privativa do Poder Executivo. Terceiro, se cria ou aumenta despesas. E quarto, se não produz nenhuma contradição, isto é, se mantém coerência com o texto da proposição como um todo.

O poder de emendar proposições que tramitam na Câmara Municipal é inerente ao exercício da atividade parlamentar. A apresentação de emendas aos projetos legislativos cabe a qualquer vereador ou a qualquer das comissões legislativas da Câmara. Podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, conforme visem, respectivamente, a eliminar, substituir, acrescentar ou alterar qualquer disposição do original.

Todavia, em relação às matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a capacidade de propor emendas possui óbice capaz de afetar sua viabilidade. As emendas que apresentem alterações substanciais ou determinem o aumento de despesa inicialmente prevista em projetos de leis de iniciativa privativa do Poder Executivo são consideradas inconstitucionais.

Nos casos em que a iniciativa seja privativa, não só o início do processo por Vereador está vedado, como também a propositura de emendas que o modifiquem.

A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e

quantitativamente o poder de emenda para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu:

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que – respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004)

Assim, desde que respeitadas as limitações ao poder de emendar estabelecidas na Constituição Federal, nada obsta que o vereador proponha emenda ao projeto de lei em tramitação.

Uma vez feitos esses necessários esclarecimentos preliminares, passa-se a examinar especificamente a emenda que se pretende fazer ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2023, que pretende alterar a Lei nº 8.303, de 2018, que dispõe sobre a redução dos veículos de tração animal, especificamente para retirar a indicação de marcas e patentes como "cavalo de lata" no art. 3º-A a ser acrescentado pela proposição do Executivo ao texto da Lei Municipal nº 8.303 de 2018.

De fato, considerando que os veículos de propulsão humana ou elétricos serão entregues pelo Município aos condutores cadastrados no programa de redução, a indicação de marcas ou patentes pode caracterizar ofensa à regra instituída no art. 7º, § 5º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos<sup>1</sup>:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

(...)

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

<sup>1</sup> Observação: A Lei Federal nº 8.666, de 1993, estaria revogada a partir de 1º de abril de 2023, mas teve sua vigência prorrogada até 29 de dezembro de 2023, pelo art. 3º da Lei Complementar nº 198, de 2023.





Lembrando apenas que a Lei Federal nº 14.133, de 2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos) admite a indicação de marcas em alguns casos:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III - vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

De qualquer forma, não nos parecer haver interferência do Legislativo nos serviços do Executivo, uma vez que a alteração da Emenda ora analisada se destina apenas a cumprir preceito ainda vigente na legislação e, ao fim e ao cabo, resguardar a prática de determinados atos de compra pelo Município, admitindo-se a indicação de marca ou patente desde que motivada nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

III. Ante o exposto, em conclusão, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a formação da convicção dos membros desta Câmara e, ainda, assegurada a soberania do Plenário, opina-se pela viabilidade da Emenda Supressiva nº 33, ora analisada, ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2023.

O IGAM permanece à disposição.

**Roger Araújo Machado**  
Advogado, OAB/RS 93.173B  
Consultor Jurídico do IGAM

## DESPACHO

TIPO/Nº: PLC NA 02  
SPC 16127

Na condição de Relator (a):

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☐ Vista ao autor

Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: 2801/23

TIPO/Nº: EPOM 02

AUTOR: Jaqueline

SPIC 16123

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p> <input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção         </p> <p><u>[Assinatura]</u> Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p> <input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção         </p> <p><u>[Assinatura]</u> Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p> <input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção         </p> <p><u>[Assinatura]</u> Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p> <input type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção         </p> <p><u>[Assinatura]</u> Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☐ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de março de 2023.

[Assinatura]  
Presidente

33  
14



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**  
O BÉRÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: 2801127

TIPO/Nº: GTEN 02

AUTOR: Ver. Regininha

SPE 16/23

Colocado o Processo em votação na CTDEITAI, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☐ Admissível  
☐ Não Admissível  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não Admissibilidade

Câmara Municipal do Rio Grande, 25 de 10 de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

52

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

**Nº PROTOCOLO:** 28 01123

**TIPO/Nº:** GENM 02-

**AUTOR:** Ver. Lavinha

5766 16 23

Embasando-se na legislação correlata às atribuições da **Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP** (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p align="center"><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Vice – Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Secretário</p>	<p align="center"><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>

**Vereadora Professora Denise**

(X) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

**O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:**

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de Setembro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE  
URBANA**

Nº PROTOCOLO: 2801/23  
AUTOR: Vera Laurina

TIPO/Nº: STANM 02  
SPC 76/23

Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

<p align="center"><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Vice - Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Secretário</p>	<p align="center"><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>

**Vereadora Professora Denise**

(X) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de Julho de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

36  
M

**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA ANIMAL**

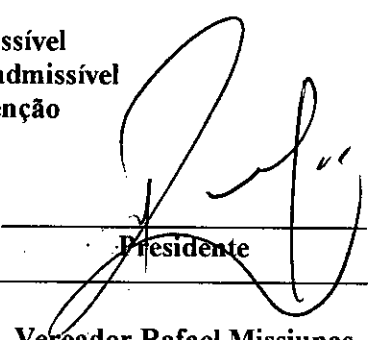
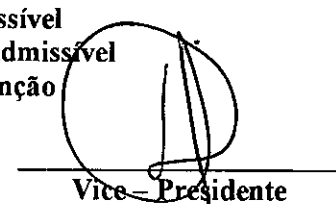
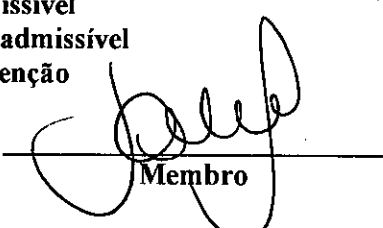
Nº PROTOCOLO: 2821/23

TIPO/Nº: EMENDA 02

AUTOR: Ver Laurinha

SPC 16/23

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA):

<p align="center"><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Vice-Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>	<p align="center"><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Membro</p>

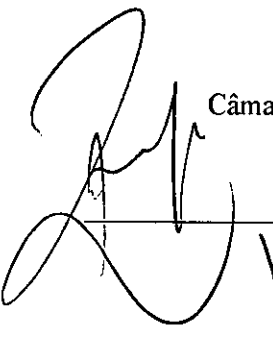
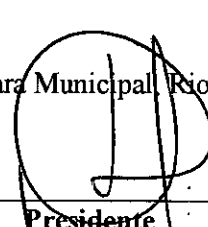
**Vereador Lary**

( ) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(☒) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

   
\_\_\_\_\_  
Presidente

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

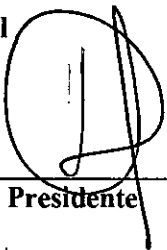
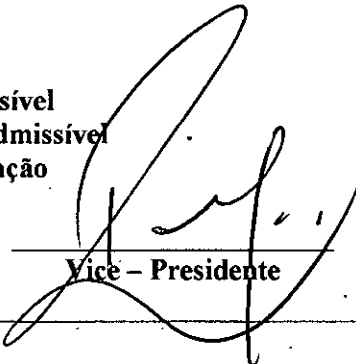
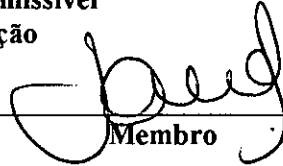
Nº PROTOCOLO: 2801/23

TIPO/Nº: GTEN M-02

AUTOR: Vereadora Laurinha

SPG 16123

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL):

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____          Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Membro</p>

**Vereador Lary**

☐ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
 Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de setembro de 2023.

  
 Presidente



**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**




Nº PROTOCOLO: 2801/23

TIPO/Nº: Emenda 02-

AUTOR: Ver. Laurinha

SPG 16/23

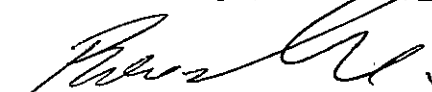
Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COIHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____</p> <p><b>Presidente</b></p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p></p> <p>_____</p> <p><b>Vice - Presidente</b></p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p></p> <p>_____</p> <p><b>Membro</b></p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p></p> <p>_____</p> <p><b>Membro</b></p>
<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____</p> <p><b>Membro</b></p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_

**Presidente**



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**  
O BERÇO DO PARLAMENTO CAUCHO

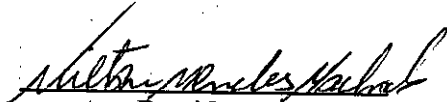

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: 2801123

TIPO/Nº: Reuniao  
8/16/23


AUTOR: Jerônimo

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereador Rovam**

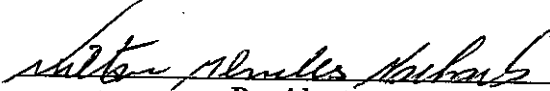
☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de setembro de 2023.

  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EMENDA SUPRESSIVA AO PLE Nº 34 /2023

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2023
ACEITO EM	/	/2023
APROVADO EM	/	/2023
REJEITADO EM	/	/2023
ARQUIVO	/	/2023

PROTOCOLADO SOB Nº 2901 /2023

EM 02 / 08 / 23

EMENDA

Exmo. Sr. Presidente

A vereadora abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

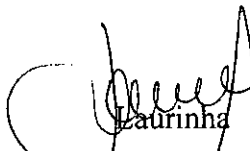
**Art.1º** Altera redação do Art. 4º do Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023, que passa a seguinte redação:

**Art. 4º** Fica alterada a redação do Parágrafo Único do artigo 6º da Lei Municipal nº 8.303 de 28 de dezembro de 2018, que passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 6º (...)**

**Parágrafo Único:** A fiscalização de que trata o *caput*, poderá ser acionada, 24hs durante sete dias da semana através do telefone 156, ou outro a ser criado para esse fim, e devidamente divulgado a comunidade. (NR)

Rio Grande, 02 de Agosto de 2023.

  
Laurinha  
Vereadora do MDB

**Justificativa:** Em Plenário.

**DESPACHO**

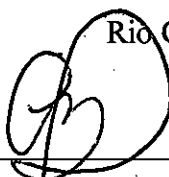
**TIPO / Nº:** EMENTA 03-SPLE 16127

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VIANA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 07 de Abril de 2023.



**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.
- ☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM
- ☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 04 de agosto de 2023.

  
**Relator(a)**



**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA: PARECER A EMENDA 34 AO  
SUBSTITUTIVO PROJETO LEI DO  
EXECUTIVO 016/2023**

Para análise desta Consultoria a emenda 34 ao Substitutivo Projeto de Lei do Executivo nº 016/2023 de autoria da Vereadora: Laurinha.


Analisando o processo epigrafado, entendemos por remeter o mesmo ao órgão de assessoria desta Casa, IGAM, que emitiu a Orientação Técnica 19.785/2023, à qual nos filiamos, na sua integralidade.

**Conclusão**

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela inviabilidade regular tramitação da emenda substitutiva 034 ao PL nº 016/2023.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal de Rio Grande

Rio grande, 30 de agosto de 2023.

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal de Rio Grande



Porto Alegre, 24 de agosto de 2023.

**Orientação Técnica IGAM nº 19.785/2023**

I. O Poder Legislativo do Município de Rio Grande solicita análise e orientações acerca de Emenda Supressiva nº 34 ao Projeto de Lei nº 16, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que tem como ementa "ALTERA OS ARTIGOS 3º e 7º, DA LEI MUNICIPAL N° 8.303 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, ASSIM COMO ACRESCE O ARTIGO 3-A, INCISOS I, II e III. ACRESCE O INCISO XII E O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 4º, ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 6º, ALTERA OS PARÁGRAFOS 3º E 5º DO ARTIGO 8º, ALTERA O PARÁGRAFO 1º E ACRESCE O PARÁGRAFO 4º AO ARTIGO 9º, ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 10 E TRANSFORMA O PARÁGRAFO ÚNICO EM PARÁGRAFO 1º E ACRESCE OS PARÁGRAFOS 2º, 3º E 4º, ASSIM COMO SUPRIME O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 18 DA MESMA LEI".

II. Preliminarmente, esclareça-se que, a rigor, emenda é toda alteração proposta por Vereador a projeto de lei que veio do Executivo. Em exame ao Regimento Interno desta Câmara Municipal, não constam dispositivos específicos sobre as emendas substitutivas ou de outro tipo. De qualquer forma, as emenda são analisadas enquanto proposições acessórias de outra para alterar projeto de lei em tramitação.

Na análise de uma emenda, espécie de alteração legislativa do projeto de lei original, cabe verificar primeiro se ela se relaciona aos dispositivos da proposição que pretende alterar, incluir ou suprimir. Segundo, se a emenda se relaciona a serviços cuja competência para disposição é privativa do Poder Executivo. Terceiro, se cria ou aumenta despesas. E quarto, se não produz nenhuma contradição, isto é, se mantém coerência com o texto da proposição como um todo.

O poder de emendar proposições que tramitam na Câmara Municipal é inerente ao exercício da atividade parlamentar. A apresentação de emendas aos projetos legislativos cabe a qualquer vereador ou a qualquer das comissões legislativas da Câmara. Podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, conforme visem, respectivamente, a eliminar, substituir, acrescentar ou alterar qualquer disposição do original.

Todavia, em relação às matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a capacidade de propor emendas possui óbice capaz de afetar sua viabilidade. As emendas que apresentem alterações substanciais ou determinem o aumento de despesa inicialmente prevista em projetos de leis de iniciativa privativa do Poder Executivo são consideradas inconstitucionais.

Nos casos em que a iniciativa seja privativa, não só o início do processo por Vereador está vedado, como também a propositura de emendas que o modifiquem.

A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e



quantitativamente o poder de emenda para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu:

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que – respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004)

Assim, desde que respeitadas as limitações ao poder de emendar estabelecidas na Constituição Federal, nada obsta que o vereador proponha emenda ao projeto de lei em tramitação.

Uma vez feitos esses necessários esclarecimentos preliminares, passa-se a examinar especificamente a emenda que se pretende fazer ao Projeto de Lei nº 16, de 2023, que pretende alterar a Lei nº 8.303, de 2018, que dispõe sobre a redução dos veículos de tração animal, especificamente quanto ao horário de atendimento do disque 156 para acionar a fiscalização.

Por oportuno, observa-se que a emenda está denominada como "supressiva", mas, a bem da verdade, constata-se que não faz nenhuma supressão ao texto da redação pretendida para o parágrafo único do art. 6º, pelo contrário, acrescenta o horário e os dias de atendimento ao telefone. Ou seja, a rigor, se trata de uma emenda aditiva.

Neste caso, vislumbra-se interferência do Legislativo na organização e funcionamento dos serviços públicos municipais do Executivo, uma vez que a proposição sob a forma de emenda pretende dizer como esse serviço será prestado pela Prefeitura, em termos de dias e horários de atendimento.

Com efeito, a proposição em análise se refere a serviços públicos, indo de encontro ao entendimento de que há esta interferência entre os Poderes, como se destaca no trecho transcrito abaixo decisão proferida nos autos do RE nº 745660, pelo Ministro Dias Toffoli:

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que



qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...)” (ADI nº 3394/AM, Rel. Min. Eros Grau, Dje 15/8/08). (grifou-se)

Dessa forma, o STF sustenta que a análise da constitucionalidade da iniciativa deve restringir-se às matérias elencadas para o Executivo no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da CF, aqui citado tão somente com fins de analogia:

Art. 61. [...]

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (grifamos)

Esclareça-se que na competência constitucionalmente delegada aos Municípios para dispor sobre a matéria em análise, o exercício de tal autonomia se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os Poderes, consoante o princípio previsto desde a Constituição Federal e reproduzido no ordenamento jurídico dos outros entes federativos<sup>1</sup>. A título de exemplo, cita-se a jurisprudência dos Tribunais em casos similares ao ora analisado, como demonstram as ementas abaixo transcritas:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI NO. 2.114/2002, DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU. OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO DA FARMÁCIA DO MUNICÍPIO NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, EM HORÁRIOS ESTABELECIDOS NA REFERIDA LEI. DISPOSIÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. AUMENTO DE DESPESAS. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃOS DO EXECUTIVO. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO EXECUTIVO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. VÍCIO MATERIAL. FLAGRANTE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70043397215, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em: 26-09-2011) (grifou-se)

<sup>1</sup> Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 10 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito. (grifou-se)

Lei Orgânica do Município de Rio Grande:

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e ao cidadão investido na função de um deles exercer as do outro, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica. (grifou-se)





AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 13.887, de 08 de setembro de 2016, do Município de Ribeirão Preto, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a criação do serviço 'Disque-Denúncia de agressões ao meio ambiente' - Falta de indicação da fonte de custeio para a consecução da norma que, quando muito, impede a sua exequibilidade no ano em que editada – Inconstitucionalidade por afronta ao art. 25 da Carta Estadual não configurada – Violação, entretanto, aos artigos 5º, 24, §2º, 2, 47, II, XIV e XIX cumulados com o art. 144, todos da Constituição Estadual – Lei de iniciativa parlamentar que invadiu a competência legislativa do Chefe do Poder Executivo, ofendendo o princípio da separação dos poderes e, bem assim, a esfera da gestão administrativa – Ação procedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2030819-90.2017.8.26.0000; Relator (a): Salles Rossi; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 21/06/2017; Data de Registro: 23/06/2017) (grifou-se)

Reitera-se que se parte-se do princípio de que a independência não pressupõe ingerência nos assuntos internos de um Poder pelo outro. Destarte, infere-se ilegítima a iniciativa do Legislativo sob a forma de emenda para o projeto de lei em análise.

III. Ante o exposto, em conclusão, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a formação da convicção dos membros desta Câmara e, ainda, assegurada a soberania do Plenário, opina-se pela inviabilidade da Emenda "Supressiva" nº 34, ora analisada, ao Projeto de Lei nº 16, de 2023.

O IGAM permanece à disposição.

**Roger Araújo Machado**  
Advogado, OAB/RS 93.173B  
Consultor Jurídico do IGAM

**DESPACHO**

TIPO/Nº: PROPOSTA 03 - OPLE 16/23

Na condição de Relator (a):

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: 2801123

TIPO/Nº: GRM 03

AUTOR: Vereador Regininha

SPG 26/23

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p>( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>( ) Constitucional ( ) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Membro</p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
( ) Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

[Assinatura]  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
(X) Inconstitucionalidade  
( ) Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

[Assinatura]  
Presidente

48  
7



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EMENDA Nº 44 ao PLE 16 /2023

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2023
ACEITO EM	/	/2023
APROVADO EM	/	/2023
REJEITADO EM	/	/2023
ARQUIVO	/	/2023

PROTOCOLADO SOB Nº 3319 /2023

EM 22 / 08 / 23

**EMENDA**

**Exmo. Sr. Presidente**

A vereadora abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

**Art.1º** Altera redação do inciso II e II do Art 3º do Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023, que passa a seguinte redação:

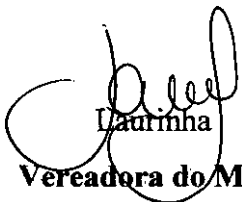
**“Art.3 (....)**

**I - (....);**

**II -** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal até o dia 01 de Março de 2024, abrangendo o perímetro compreendido entre a Avenida Major Carlos Pinto até Saturnino de Brito, incluindo Bairro Bernadeth e Bairro Parque Coelho; perímetro compreendido da Rua Almirante Barroso até os molhes da Barra; perímetro compreendido do início do Bairro Querência até os molhes da Barra e viaduto do trem.

**III -** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal até o dia 01 de junho de 2024, o restante do perímetro não mencionado nas fases anteriores.

Rio Grande, 22 de Agosto de 2023.

  
Laurinha  
Vereadora do MDB

**Justificativa:** Em Plenário.

DESPACHO

TIPO / Nº: EMENTA 04-SPLE 16123

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VAVA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 06 de setembro de 2023.



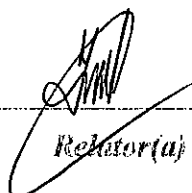
Presidente da Comissão

DESPACHO

Ciente em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
( ) Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 06 de setembro de 2023.



Relator(a)

57  
37



**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA: PARECER A EMENDA 44 AO  
SUBSTITUTIVO PROJETO LEI DO  
EXECUTIVO 016/2023**

Para análise desta Consultoria a emenda 44 ao Substitutivo Projeto de Lei do Executivo nº 016/2023 de autoria da Vereadora: Laurinha.

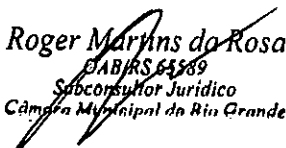
Analizando o processo epigrafado, entendemos por remeter o mesmo ao órgão de assessoria desta Casa, DPM, que emitiu a Orientação Técnica 2.355/2023, à qual nos filiamos, na sua integralidade.

**Conclusão**

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina que o projeto seja encaminhado a proponente, para que a mesma faça as alterações recomendadas pelos órgãos de assessoramento desta casa. Se entender pertinente, para regular tramitação da emenda substitutiva 044 ao PL nº 016/2023.

Rio grande, 17 de outubro de 2023.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande

52  
3



Porto Alegre, 9 de outubro de 2023.

**Informação nº 2.355/2023**

**Interessado:** Município do Rio Grande/RS – Poder Legislativo.  
**Consultante:** Dr. Roger Martins da Rosa, Procurador Adjunto.  
**Destinatário:** Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.  
**Consultores:** Vanessa Marques Borba e Armando Moutinho Perin.  
**Ementa:**

1. Análise da Emenda nº 44, apresentada ao Projeto de Lei Executivo nº 16/2023, que tem como objeto alterar a Lei Municipal nº 8.303, de 28 de dezembro de 2018, que "Institui o programa de redução gradativa de veículos de tração animal no âmbito do município".
2. Ausência de óbice legal ou constitucional à alteração pretendida pela Emenda nº 44, desde que a definição do seu objeto seja ajustada pela sua Autora, com alteração do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei Executivo nº 16/2023, cabendo ao Plenário a avaliação da conveniência, ou não, de tal alteração.

Por meio de consulta escrita, registrada sob nº 56.453/2023, é solicitado "Parecer sobre a emenda 44 ao substitutivo ao projeto de Lei SPLE 16, que tem como finalidade alterar a Lei Municipal nº 8.303, de 28 de dezembro de 2018, que "Institui o programa de redução gradativa de veículos de tração animal no âmbito do município".

Passamos a considerar.

1. Como já tivemos oportunidade de destacar ao analisarmos outras emendas apresentadas ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 016/2023, a matéria de que trata é de evidente interesse local, como prevê o art. 30, I, da Constituição Federal, pois tem como finalidade alterar dispositivos do Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal" do Município, não implementado na íntegra, como se extrai da Mensagem que o acompanha, para torná-lo exequível.



2. Especificamente quanto à Emenda nº 44 ao PLE 16/2023, apresenta uma impropriedade técnica, pois, pelo que se extrai da sua redação, a intenção da proponente é alterar a redação do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 16/2023, que modifica a redação do art. 3º da Lei Municipal nº 8.303/2018, não a “redação do inciso II e II do art. 3º do Substitutivo do Projeto de Lei nº 16/2023”, como consta na emenda, o que sugere-se seja corrigido pela sua Autora.

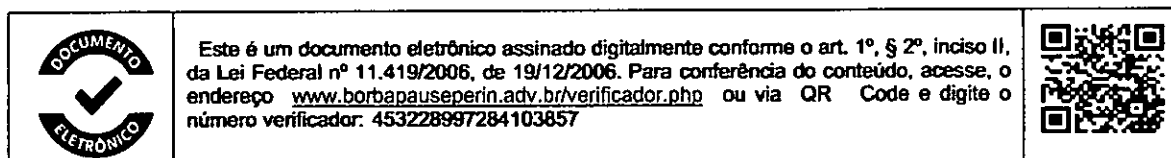
Com relação à alteração pretendida, a finalidade é alterar alguns dos prazos, ampliando-os, que o Substitutivo ao Projeto de Lei prevê para que seja proibida, em definitivo, a circulação de VTAs em zona urbana do Município (incisos II e III do art. 3º), o que, em regra, é viável, pois tem pertinência temática e não gera aumento de despesas.

3. Sendo assim, é como concluímos, não vemos óbice legal ou constitucional à alteração pretendida pela Emenda nº 44, desde que a definição do seu objeto seja ajustada pela sua Autora, como antes indicado, cabendo ao Plenário a avaliação da conveniência, ou não, de tal alteração.

São as informações que julgamos pertinentes.

Documento assinado eletronicamente  
**Vanessa Marques Borba**  
OAB/RS nº 56.115

Documento assinado eletronicamente  
**Armando Moutinho Perin**  
OAB/RS nº 41.960





DESPACHO

TIPO/Nº: EMENTA 04-SPIC 16123

Na condição de Relator (a):

☐ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☒ Vista ao autor

Rio Grande, 25 de outubro

de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

53



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

PROTOCOLO Nº: 3319123

TIPO/Nº: ENCERRA 04-SPC

AUTOR: Ver. Roldão

16123

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moraes</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regiminha**

☐ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☐ Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 25 de OUTUBRO de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

56  
7



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EMENDA Nº 60 ao SPLE 16/2023

			ATA
EXPEDIENTE	/	/2023	
ACEITO EM	/	/2023	
APROVADO EM	/	/2023	
REJEITADO EM	/	/2023	
ARQUIVO	/	/2023	

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2023

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EMENDA

Exmo. Sr. Presidente

A vereadora abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei 16/2023:

**Art.1º** Fica alterada a redação do Art. 1º do SPLE 16/2023, que passa a seguinte redação:

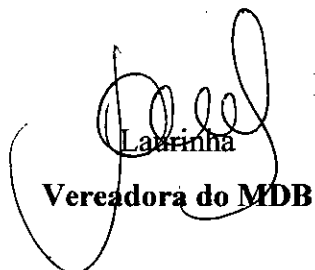
**“Art. 1º** Fica alterado o artigo 3º, da Lei Municipal nº 8.303 de 28 de dezembro de 2018, que passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 3º (...)**

**I – (...);**

**II:** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal até o dia 01 de Março de 2024, abrangendo o perímetro compreendido entre a Avenida Major Carlos Pinto até Saturnino de Brito, incluindo Bairro Bernadeth e Bairro Parque Coelho; perímetro compreendido da Rua Almirante Barroso até os molhes da Barra; perímetro compreendido do início do Bairro Querência até os molhes da Barra e viaduto do trem.

**III –** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal até o dia 01 de junho de 2024, o restante do perímetro não mencionado nas fases anteriores.”

  
Larinha  
Vereadora do MDB

Rio Grande, 25 de outubro de 2023.

**Justificativa:** Em Plenário.

**DESPACHO**

TIPO / Nº: EMENDAS - SPUE 36123

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VAND

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☒ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Relator(a)

89  
m



Porto Alegre, 30 de outubro de 2023.

**Informação nº 2.541/2023**

Interessado: Município do Rio Grande/RS – Poder Legislativo.  
Consultante: Roger Martins da Rosa, Procurador.  
Destinatário: Presidente da Câmara de Vereadores.  
Consultores: Gabriele Valgoi e Armando Moutinho Perin.  
Ementa: Análise da viabilidade das emendas parlamentares n.ºs 60, 61, 62, 63, 64 e 65/2023, apresentadas no âmbito do processo legislativo do Projeto de Lei nº 16/2023, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, quanto ao Programa de Redução Gradativa de Veículos de tração animal. Considerações.

Por intermédio de consulta eletrônica, registrada sob nº 64.151/2023, é solicitada análise das emendas parlamentares n.ºs 60, 61, 62, 63, 64 e 65, que pretendem alterar a redação de determinados dispositivos do Projeto de Lei nº 16/2023, de autoria do Executivo, que especifica na ementa: "ALTERA OS ARTIGOS 3º e 7º, DA LEI MUNICIPAL Nº 8.303 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, ASSIM COMO ACRESCE O ARTIGO 3-A, INCISOS I, II e III. ACRESCE O INCISO XII E O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 4º, ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 6º, ALTERA OS PARÁGRAFOS 3º E 5º DO ARTIGO 8º, ALTERA O PARÁGRAFO 1º E ACRESCE O PARÁGRAFO 4º AO ARTIGO 9º, ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 10 E TRANSFORMA O PARÁGRAFO ÚNICO EM PARÁGRAFO 1º E ACRESCE OS PARÁGRAFOS 2º, 3º E 4º, ASSIM COMO SUPRIME O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 18 DA MESMA LEI".

Passamos a considerar.

1. O instituto das "emendas", próprio do processo legislativo, consiste na possibilidade de alteração, pelo Legislativo, de qualquer proposição em tramitação, modificando sua redação original, independentemente da matéria de

SP



que trata, ou da origem de quem a propõe, mesmo que privativa, como é o caso do Projeto de Lei anexado à consulta que, por sua natureza, é de iniciativa privativa do Executivo. Esse direito do Legislativo, no entanto, não é absoluto. Sofre as restrições estabelecidas na própria Constituição Federal (CF) e na jurisprudência dos Tribunais, como é elucidativo exemplo a previsão do art. 63, constitucional:

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

O Regimento Interno da Câmara de Vereadores consulente estabelece, nos termos dos arts. 43 e 44, as seguintes regras aplicadas a apresentação de emendas parlamentares:

Art. 43. O projeto que receber parecer favorável será submetido à discussão e votação única.

§ 1º. Recebendo qualquer emenda no Plenário, o projeto retornará às Comissões para que a emenda receba parecer.

§ 2º. Após o encerramento da discussão pela terceira vez, por motivo de apresentação de Emenda, nova Emenda somente poderá ser ofertada mediante a assinatura de 1/3 dos membros da Casa.

Art. 44. as emendas apresentadas entrarão em discussão conjuntamente com os projetos.

Parágrafo único. serão consideradas emendas as supressões, aditamento ou correção, preterindo as primeiras às segundas; e estas às terceiras.

3. Não se esgota, no entanto, nesta específica vedação, a limitação à possibilidade de emenda a projetos de lei, independentemente de sua origem. Também não é viável qualquer alteração a projetos de lei que pretenda inserir matéria que não tenha relação com o objeto do projeto de lei (**pertinência temática**), especialmente, no caso de projetos sobre matéria reservada ao



Executivo, em que a emenda pode caracterizar em afronta à separação de funções entre os Poderes, para os municípios princípio proclamado no art. 10 da Carta Estadual.

4. Em relação as emendas modificativas, e única supressiva, sob análise, presumindo que tenham sido devidamente apresentadas à(s) Comissão (ões) permanente(s) competente(s), nos moldes do §1º do art. 43 do Regimento Interno, tecemos as seguintes considerações:

4.1. **Emenda nº 60/2023:** A vereadora autora pretende que seja alterada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 016/2023. A emenda, se aprovada, modifica as datas limites para a circulação de veículos de tração animal. A alteração pretendida, em tese, é juridicamente possível, eis que atendidos os pressupostos do art. 63 da CF.

4.2. **Emenda nº 61/2023:** Os vereadores que subscrevem pretendem que seja alterada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 016/2023, em relação ao item I do art. 3º-A. Em verdade, a alteração pretendida amplia o volume do auxílio previsto pelo autor, aumentando despesas, o que desatende os pressupostos do art. 63 da CF, não guardando condições jurídicas de ser aprovada.

4.3. **Emenda nº 62/2023:** As vereadoras autoras pretendem acrescer, a redação atribuída pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 016/2023, ao art. 3º-A, um inciso IV, dispondo que "os cursos profissionalizantes referidos no inciso anterior devem incorrer em consonância com a demanda advinda dos condutores". Porém, o art. 2º, §1º, da Lei Federal nº 8.303/2018, já estabelece que "*Dentre as ações de que trata o inc. II do art. 2º desta Lei, estarão aquelas que qualifiquem e apoiem ações em favor dos condutores de VTAs identificados e cadastrados pelo*



*Executivo Municipal, preferencialmente desenvolvendo projetos para serviços de frete e reciclagem de resíduos, observando as políticas públicas atinentes as atividades".* Assim, salvo melhor juízo, as alterações não guardam pertinência temática com o dispositivo (art. 3º), eis que as disposições pretendidas têm a sua definição acerca dos cursos a serem oferecidos nos termos do art. 2º.

4.4. **Emenda nº 63/2023:** Os autores que subscrevem a emenda pretendem que seja alterada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 016/2023, quanto ao item I do art. 3º-A, condicionando que o auxílio a ser alcançado seja precedido de "relatório social individual de cada família, garantindo segurança alimentar [...]". Ocorre que o relatório social é documento privativo dos profissionais Assistentes Sociais. A inserção pretendida, portanto, invade seara da competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 61, §1º, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal, e art. 60, inciso II, alínea "d", da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, logo, não guarda pertinência temática com a redação apresentada nos termos da proposição.

4.5. **Emenda nº 64/2023:** Os autores pretendem dar nova redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 16/2023, em relação a novas datas para as proibições trazidas no art. 3º da Lei Municipal nº 8.303/2018. Assim como a Emenda nº 60/2023, a alteração pretendida, em tese, é juridicamente possível, eis que atendidos os pressupostos do art. 63 da CF.

4.6. **Emenda nº 65/2023:** Os autores pretendem alterar a redação do art. 3º do Projeto de Lei nº 16/2023, porém, em verdade, pretendem acrescentar nova redação, em um parágrafo único ao art. 4º da Lei Municipal nº 8.303/2018, criando hipóteses de exceção à proibição de circulação de veículos de tração animal. Contudo, a inserção amplia o espectro das alterações trazidas pelo autor do projeto de lei, criando exceções àquelas proibições que, além de





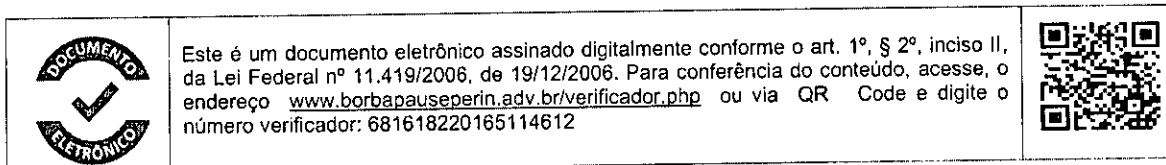
carecerem de argumentos técnicos, não guardam pertinência temática com as alterações pretendidas pelo Projeto de Lei nº 16/2023 ao art. 4º.

5. Face às considerações até aqui desenvolvidas pode-se concluir que apenas as Emendas parlamentares nº 60/2023 e 64/2023 ao projeto de lei nº 16/2023 são viáveis, por não aumentarem despesa e manterem pertinência temática, não se identificando, em relação a estas, óbice para sua deliberação considerado seu interesse público, pelo Plenário desta Casa Legislativa. Em relação as demais emendas, nossa opinião é pela sua inviabilidade jurídica, conforme os argumentos acima mencionados.

São as considerações.

Documento assinado eletronicamente  
**Gabriele Valgoi**  
OAB/RS nº 79.235

Documento assinado eletronicamente  
**Armando Moutinho Perin**  
OAB/RS nº 41.960



**DESPACHO**

TIPO/Nº: EMCM 05-SPLE 16123

Na condição de Relator (a):

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☐ Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: GRUPO 05 - SPC  
16123

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Regininha  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

5624

**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: 2801123

TIPO/Nº: EMENTA 05

AUTOR: Vereadora

SPLC 16/23

Colocado o Processo em votação na CTDEITAL, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não Admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não Admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não Admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não Admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

(X) Admissível  
( ) Não Admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Admissibilidade  
( ) Não Admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

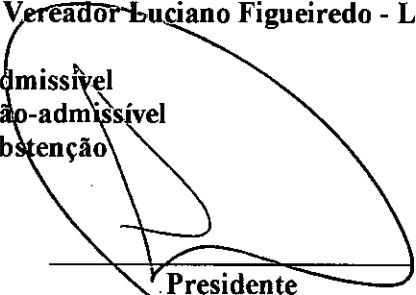

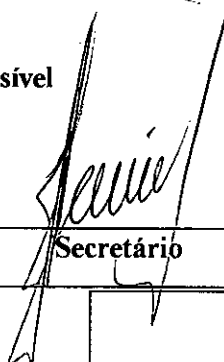

68

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

Nº PROTOCOLO: 2801127  
AUTOR: Ver. e Laurindo

TIPO/Nº: LEI Nº 05-  
SPLE 1427

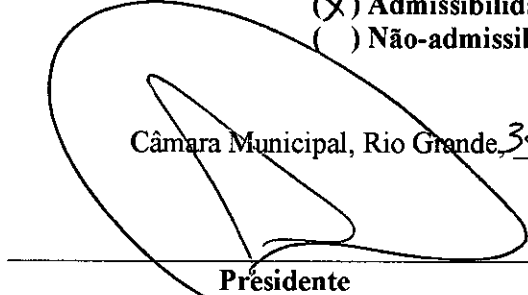
Embasando-se na legislação correlata às atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Setembro de 2023.

  
Presidente

679


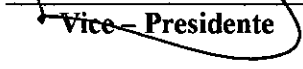
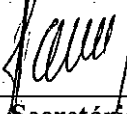
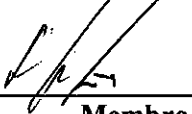
**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE  
URBANA**

Nº PROTOCOLO: 2701123

TIPO/Nº: SPIC 16(23)

AUTOR: Ver. Laurimbo


Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.

  
Presidente

82



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**  
O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA  
ANIMAL**

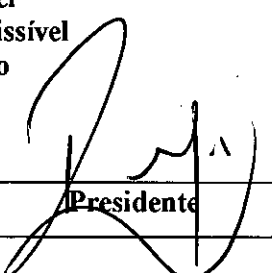
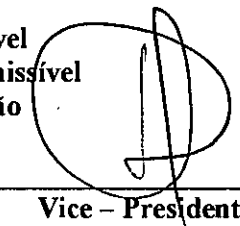
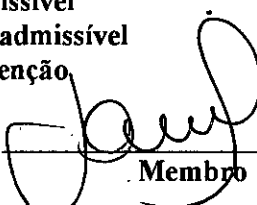
Nº PROTOCOLO: 2821123

TIPO/Nº: EMPLA 03

AUTOR: Lei 2 Laurinha


TPC 15123

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA):

<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

62

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

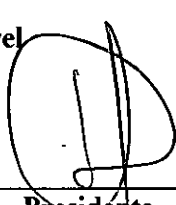
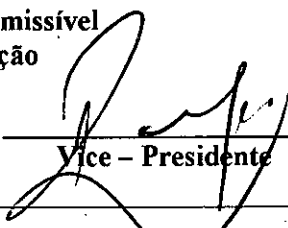
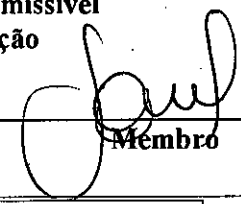
Nº PROTOCOLO: 2807123

TIPO/Nº: GTENM 03

AUTOR: Ver e Laurinha


SPG 16123

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL):

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de setembro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

*JP*  
*7*



**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**

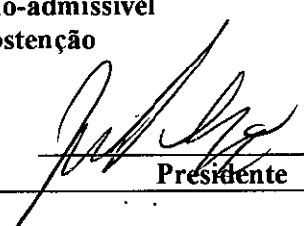
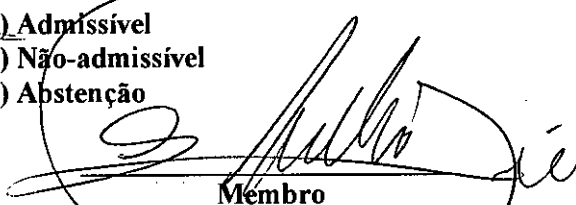

Nº PROTOCOLO: 2801123

TIPO/Nº: Emenda 05

AUTOR: José Caminha

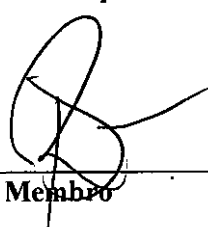
SPLEX 123

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COIHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Presidente</p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____          Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Membro</p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível  <input type="checkbox"/> Não-admissível  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>          Membro</p>

**Vereador Juquinha**

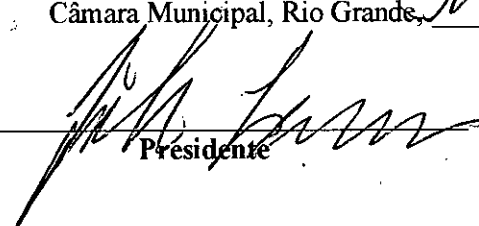
☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
 Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.

  
 Presidente

*Handwritten initials*



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**  
O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: 2801/23

TIPONº: EMENDA 05  
SPRG 16/23

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Nilton Mendes Schubert</u> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>[Assinatura]</u> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>
<p><b>Vereador Rovam</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.

Nilton Mendes Schubert  
Presidente

72  
m



Estado do Rio Grande do Sul  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM - / / 2023	ATA	<b>EMENDA Nº 61/23 AO SUBSTITUTO AO PLE nº 016/23</b>	<b>30/10/2023</b> <b>Protocolo nº 4293 /2023</b>
APROVADO EM - / / 2023			
REJEITADO EM - / / 2023			
ARQUIVO -			

**Altera o Item I do Art. 3-A, do presente projeto:**

**Art. 3-A – “O Município ao aplicar a vedação de circulação dos VTAs na Zona Urbana, assume a obrigação de”, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

I- Alcançar auxílio financeiro aos condutores cadastrados, pelo prazo mínimo de seis (06) meses, sendo o efetivo pagamento do auxílio através de cestas básicas, na quantidade de uma (01) cesta básica a cada dois (02) membros da família, cujo o efetivo pagamento deverá ser iniciado em até trinta (30) dias, a contar da entrada em vigor do Substituto ao PLE nº 016/23;

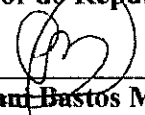
II- (...);


III- (.....)

  
**Sgt. Rodrigues**  
Vereador do Progressistas


  
**Luciano Figueredo “LUKA”**  
Vereador do MDB

  
**Paulo Roldão**  
Vereador do Republicanos

  
**Giovani Bastos Moralles**  
Vereador do Patriota

  
**Fabio Domingues “Fabinho”**  
Vereador do PSD

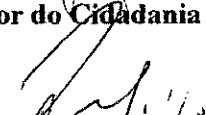
  
**Miguel Degani**  
Vereador do Patriota

  
**Ivair Domingues P. Souza “Vavá”**  
Vereador do MDB

  
**Nilton Machado**  
Vereador do Republicanos

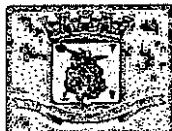
  
**Jose A. Da Silva “Repolinho”**  
Vereador PSDB

  
**Jefferson Bonilha Mendes “Lary”**  
Vereador do Cidadania

  
**Rogerio M. Gomes**  
Vereador do Cidadania

VISTO

Presidente



**EMENDA AO SPLE Nº 016/2023**  
**PROTOCOLADO SOB O Nº 4296 /2023**  
**EM 30/30 /2023**

**EMENDA 62.**

Exmo. Sr. Presidente, as(os) vereadoras(es) abaixo assinadas(os), após ouvida a casa, na forma regimental, apresentam a seguinte emenda ao substitutivo projeto de lei do executivo 016/2023:

**Art. 1º.** Acresce no Art. 3º-A o inciso IV, que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 3-A...

(...)

IV – Os cursos profissionalizantes referidos no inciso anterior devem incorrer em consonância com a demanda advinda dos condutores.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

Vereadora Regininha  
Partido dos Trabalhadores

Vereadora Professora Denise  
Partido dos Trabalhadores

Vereador Rovam Castro  
Partido dos Trabalhadores

Vereador Rafael Missiunas  
Partido dos Trabalhadores

**Justificativa em plenário:**

**DESPACHO**

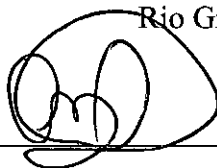
TIPO / Nº: EXC. Nº 07

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VANA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 31 de outubro de 2023.



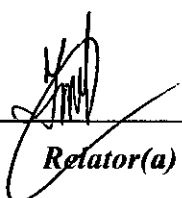
**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em    /    /   

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☒ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



**Relator(a)**

15  
2

## DESPACHO

TIPO/Nº: EMEND 07

Na condição de Relator (a):

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ENCERRA 07

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Constitucional  ( ) Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Membro</p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
☒ Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Regininha  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
( ) Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023..

\_\_\_\_\_  
Presidente

*Handwritten initials*





**DESPACHO**

**TIPO / Nº:** EMENDA 08/PVE 16/23

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VAVA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☒ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Relator(a)**

78

## DESPACHO

TIPO/Nº: GTEN de 08 - PLE 16/23

Na condição de Relator (a):

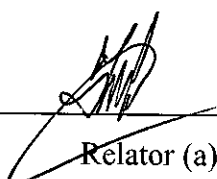
☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☐ Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMENTA 8 - P 16/23

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Regininha  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

81  
7

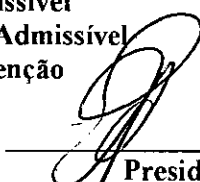
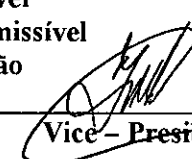

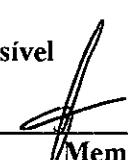
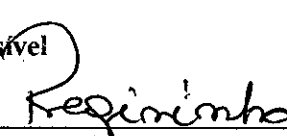
**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMENTA 28 17636123

AUTOR: \_\_\_\_\_

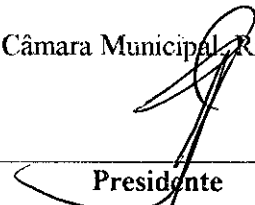
Colocado o Processo em votação na CTDEITAI, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>
<p><b>Vereadora Regininha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não Admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

82  
22

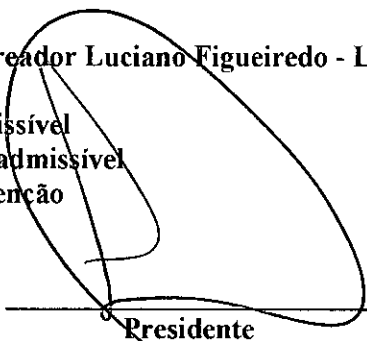
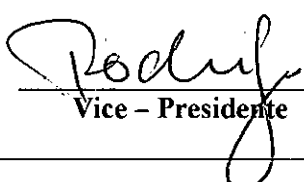
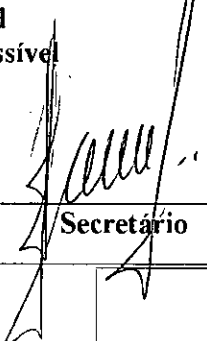
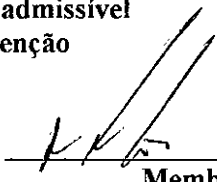
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMCUM 08 / PL 16 / 23

AUTOR: \_\_\_\_\_

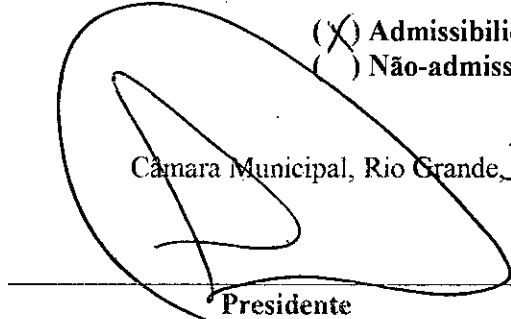
Embasando-se na legislação correlata às atribuições da **Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP** (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>
<p><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Setembro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

83

**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE  
URBANA**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMEND 08  
PUE 16123

Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Rodrig</u> Presidente</p>	<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Luka</u> Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Miguel Degani</u> Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Filipe Branco</u> Membro</p>
<p><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.

Rodrig  
Presidente

84  
2

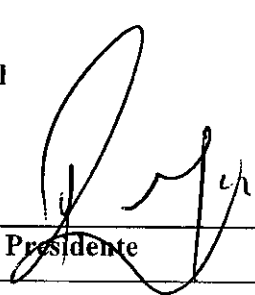
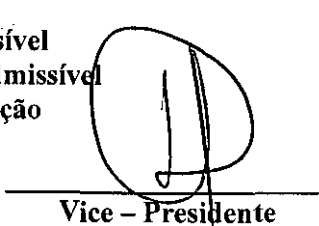
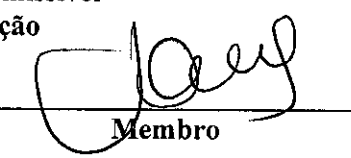
**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA ANIMAL**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMEN 08


AUTOR: \_\_\_\_\_ PL 16/23

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da **Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA)**:

<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

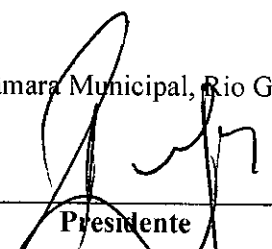
(X) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 20 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

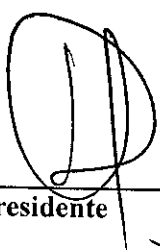
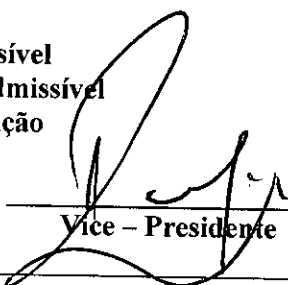
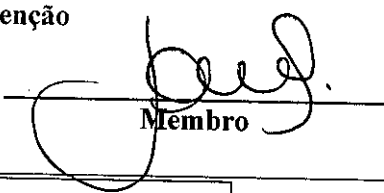
85

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_


TIPO/Nº: ECEN M 08  
PUC 16/23

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL):

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>

**Vereador Lary**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Presidente



**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**

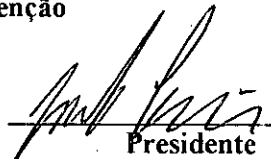
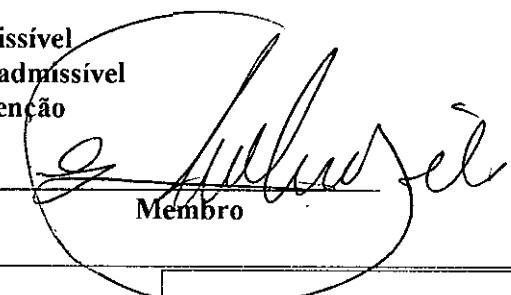
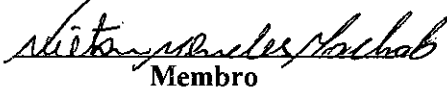
Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ERGM 98

AUTOR: \_\_\_\_\_

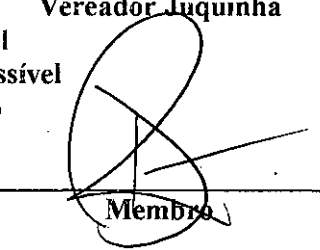
PIC 18123

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>

**Vereador Juquinha**

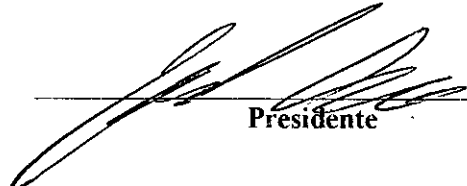
☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.

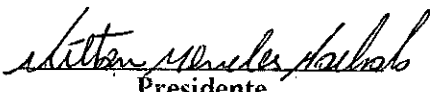
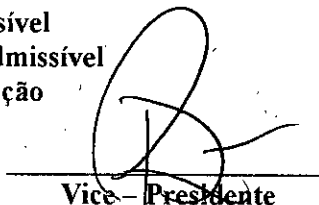

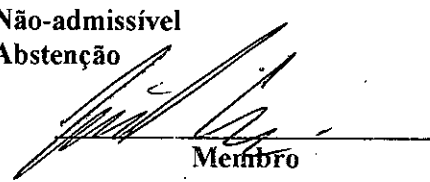
  
Presidente

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ETC/M 08  
PLE 16/23

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereador Rovam</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Presidente



Estado do Rio Grande do Sul  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM - / / 2023	ATA	<b>EMENDA SUBSTITUTIVA</b> <b>Nº 64 AO PLE nº 16/2023</b>	30/10/23
APROVADO EM - / / 2023			X/X/2023
REJEITADO EM - / / 2023			Protocolo nº 4312/2023
ARQUIVO -			

**Altera a redação do Art. 1º do Projeto de Lei do Executivo nº 16/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 1º:** Altera a redação do Art. 1º do Projeto de Lei do Executivo nº 16/2023 que passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 3º** Ficam estabelecidos os seguintes prazos, para que seja proibida, em definitivo, a circulação de VTAs em zona urbana do Município do Rio Grande:

**I:** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal a partir do dia 1º de janeiro de 2024, abrangendo o perímetro compreendido entre as ruas: Rua Vinte e Quatro de Maio até a Rua Benjamin Constant e Rua Marechal Floriano Peixoto até a Rua Senador Corrêa; perímetro compreendido entre as ruas: Avenida Comandados Vasco Vieira da Fonseca e Rua Francisco Campello e Rua Riachuelo até a rua Senador Corrêa e a Avenida Senador Salgado Filho e rua Doutor Álvaro Costa e da Avenida Major Carlos Pinto até a Avenida Almirante Barroso; Perímetro compreendido entre as ruas: Rua Rio de Janeiro até a Rua Lisboa e entre a Rua Alfredo F. Rodrigues até a Av. Beira Mar e Perímetro compreendido entre as ruas: Rua Santa Maria até a Avenida Beira-mar e da rua Júlio de Castilhos até a Rua Arroio Grande e rua Marechal Floriano.

**II:** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal a partir de 1º julho de 2024, abrangendo o perímetro compreendido entre a Avenida Major Carlos Pinto até Saturnino de Brito, incluindo Bairro Bernadeth e Bairro Parque Coelho; perímetro compreendido da Rua Almirante Barroso até os molhes da Barra; perímetro compreendido do início do Bairro Querência até os molhes da Barra e viaduto do trem

**III:** Será proibida a circulação dos veículos de tração animal a partir de 01 de janeiro de 2024, no restante do perímetro não mencionado nas fases anteriores.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**DESPACHO**

TIPO / Nº: EVEN 09 - AC 16/23

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

VAVA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☒ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Relator(a)**

## DESPACHO

TIPO/Nº: PMCMR - PL 1423

Na condição de Relator (a):

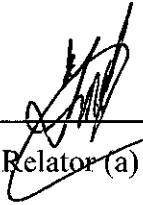
☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☐ Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

PA  
14


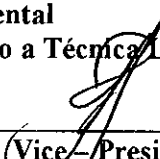


**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: RECURSO

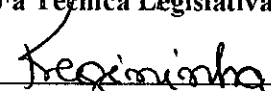
AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p>Vereador Giovani Moralles</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p>Vereador Paulo Roldão</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p>Vereador Vavá</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p>Vereador Fabinho</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>

Vereadora Regininha

☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.

  
Presidente

02  
M

**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EXEN 09

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CTDEITAI, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☒ Admissível  
☐ Não Admissível  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Admissibilidade  
☐ Não Admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

93  
7

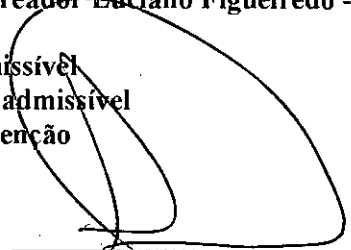
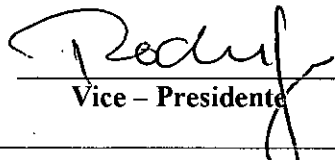

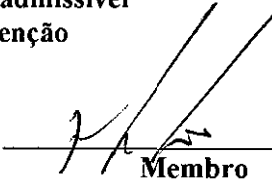
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ERCA 09

AUTOR: \_\_\_\_\_

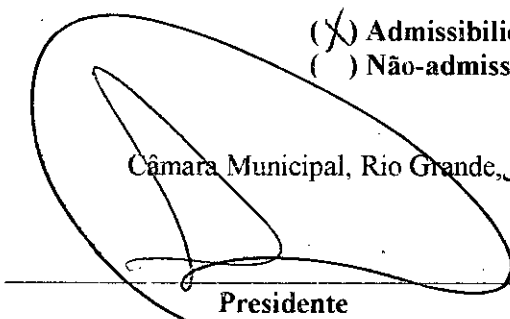
Embasando-se na legislação correlata às atribuições da **Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP** (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p align="center"><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Vice - Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Secretário</p>	<p align="center"><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Membro</p>
<p align="center"><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Setembro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

24  
2




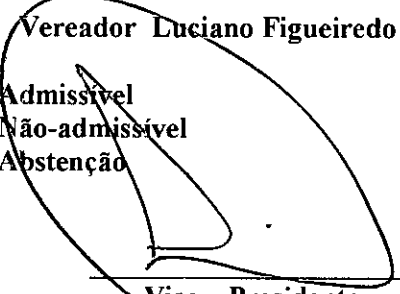
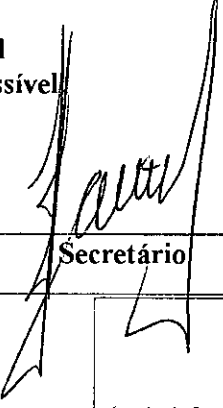
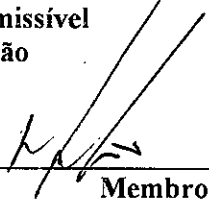
**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ENCERRADA

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

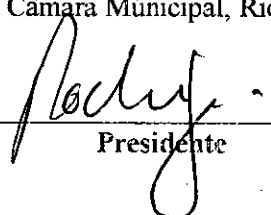
<p><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice - Presidente</p>
<p><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>
<p><b>Vereadora Professora Denise</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade

☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente



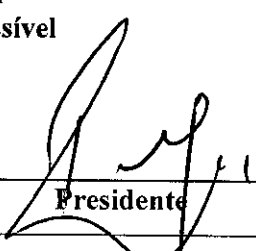
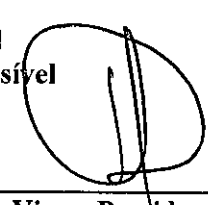
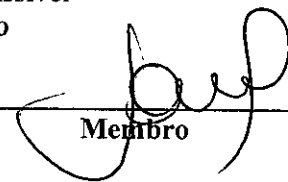
**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA ANIMAL**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ERENDA 09


AUTOR: \_\_\_\_\_

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA):

<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input checked="" type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente


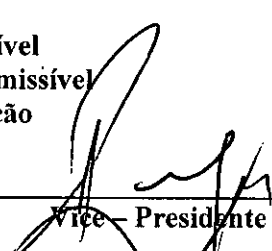
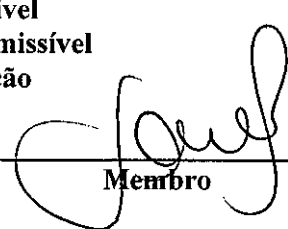
96  
7

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_

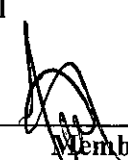
TIPO/Nº: EX-1009

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da **Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL)**:

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input checked="" type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

ex  
m

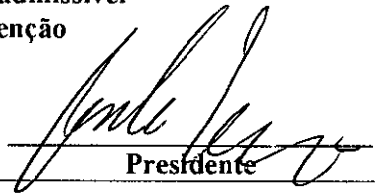
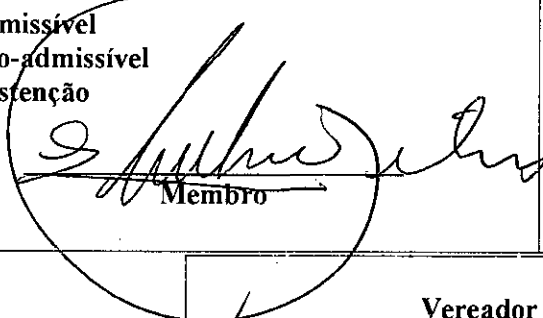

**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ENERGIA 08

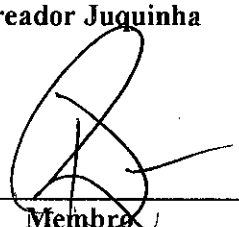
AUTOR: \_\_\_\_\_

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COIHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível ( <input type="checkbox"/> ) Não-admissível ( <input type="checkbox"/> ) Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p>( <input type="checkbox"/> ) Admissível ( <input type="checkbox"/> ) Não-admissível ( <input type="checkbox"/> ) Abstenção</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível ( <input type="checkbox"/> ) Não-admissível ( <input type="checkbox"/> ) Abstenção</p> <p> Membro</p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível ( <input type="checkbox"/> ) Não-admissível ( <input type="checkbox"/> ) Abstenção</p> <p> Membro</p>

**Vereador Juquinha**

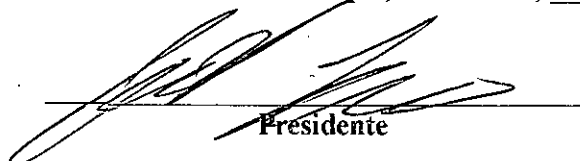
( ☒ ) Admissível  
( ☐ ) Não-admissível  
( ☐ ) Abstenção

  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

( ☒ ) Admissibilidade  
( ☐ ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.

  
Presidente


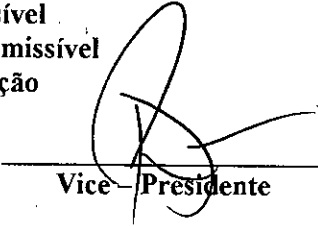

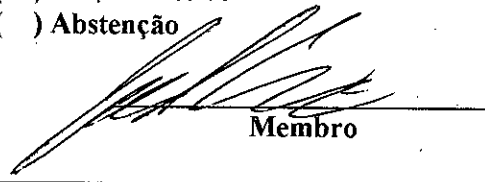
28  
71

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EMENDA

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereador Rovam</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Presidente

22  
97



Estado do Rio Grande do Sul  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM - / / 2023	ATA	<b>EMENDA Nº 65</b> <b>AO SUBSTITUTO AO PLE</b> <b>nº 016/23</b>	<b>30/10/2023</b> <b>Protocolo nº ____/2023</b>
APROVADO EM - / / 2023			
REJEITADO EM - / / 2023			
ARQUIVO -			

**Altera o Art. 3º, no presente projeto:**


“Art. 3º - Fica Acrescido o Inciso XII, e o parágrafo único no art. 4º da lei municipal nº8.303 de dezembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

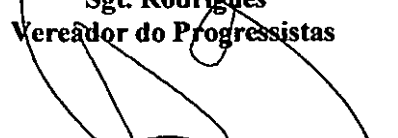
**Art. 4º - (...)**

**XII- a permanência de equinos, amarrados, em vias públicas em situações que possam colocar em risco a segurança do trânsito.**

**Parágrafo Único – As proibições referentes a circulação previstas nesta Lei não se aplicam as VTAs charretes, que realizam transporte exclusivamente de pessoas, desde que sigam as seguintes restrições:**


- I- Transportando no máximo 2 (duas) pessoas;
- II- Proibido a circulação na área central do município, exceto em dias de eventos Oficiais do Município;
- III- Proibido o transito no periodo entre 20:00 hs e às 06:00 hs;
- IV- Proibido o transporte de qualquer tipo de carga.

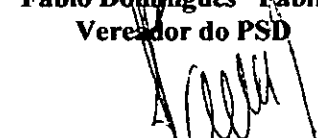
  
Sgt. Rodrigues  
Vereador do Progressistas

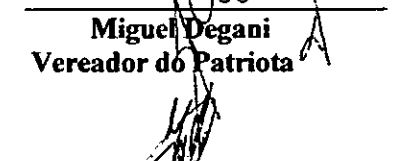
  
Luciano Figueredo “LUKA”  
Vereador do MDB

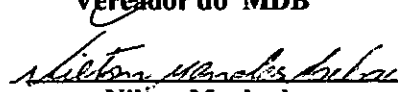
  
Paulo Roldão  
Vereador do Republicanos

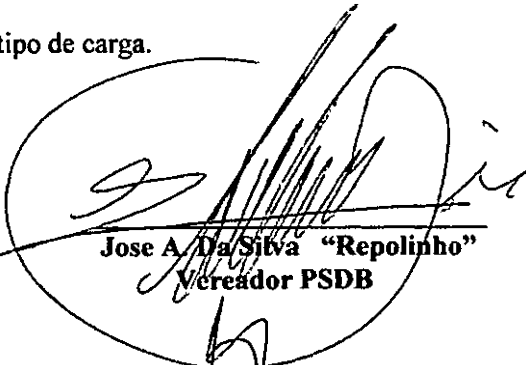
  
Giovanni Bastos Moralles  
Vereador do Patriota

  
Fabio Domingues “Fabinho”  
Vereador do PSD

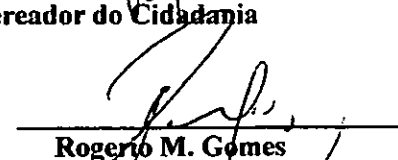
  
Miguel Degani  
Vereador do Patriota

  
Ivair Domingues P. Souza “Vavá”  
Vereador do MDB

  
Nilton Machado  
Vereador do Republicanos

  
Jose A. Da Silva “Repolinho”  
Vereador PSDB

  
Jefferson Bonilha Mendes “Lary”  
Vereador do Cidadania

  
Rogério M. Gomes  
Vereador do Cidadania

VISTO

Presidente

**DESPACHO**

**TIPO / Nº:** RENDADA 2023  
PEC 1423

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

JAUA

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.



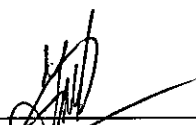
**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

Ciente em    /    /   

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
☒ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de OUTUBRO de 2023.

  
**Relator(a)**

669

**DESPACHO**

TIPO/Nº: LENDA Y

Na condição de Relator (a):

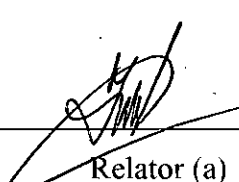
☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

☐ Voto em separado

☐ Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

252



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: RECURSO

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input type="checkbox"/> Inconstitucional  <input type="checkbox"/> Antijurídico  <input type="checkbox"/> Antiregimental  <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa  <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa  
☐ Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade  
☐ Inconstitucionalidade  
☐ Antijuridicidade  
☐ Antiregimentalidade  
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

2023

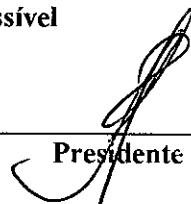
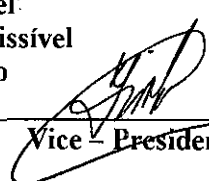
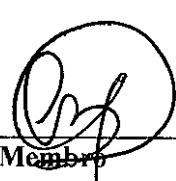
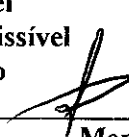
**COMISSÃO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ERGA 

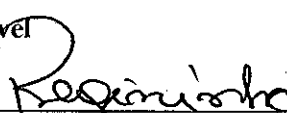
AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CTDEITAL, votou cada membro:

<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não Admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereadora Regininha**

☒ Admissível  
☐ Não Admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não Admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

104

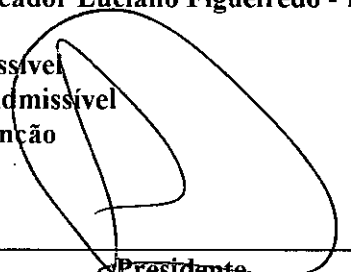

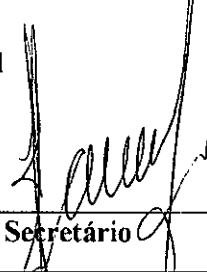
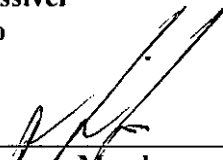
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO E ASSUNTOS  
PORTUÁRIOS**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: Ereção 10

AUTOR: \_\_\_\_\_

Embasando-se na legislação correlata às atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças, Controle Externo e Assuntos Portuários - COFCEAP (orçamentária, tributária, etc), após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro:

<p align="center"><b>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereador Sgt Rodrigues</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> Vice - Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Miguel Degani</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> Secretário</p>	<p align="center"><b>Vereador Filipe Branco</b></p> <p>(X) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> Membro</p>

**Vereadora Professora Denise**

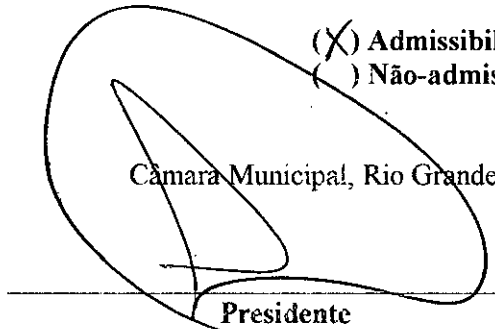
( ) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(X) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Setembro de 2023.

  
Presidente

580

**COMISSÃO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: EXC 12 10

Colocado o Processo em votação na Comissão de Segurança, Trânsito, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, assim votou cada membro:

<p>Vereador Sgt Rodrigues</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Rodrigues</u> Presidente</p>	<p>Vereador Luciano Figueiredo - Luka</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Luka</u> Vice - Presidente</p>
<p>Vereador Miguel Degani</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Degani</u> Secretário</p>	<p>Vereador Filipe Branco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p><u>Filipe Branco</u> Membro</p>
<p>Vereadora Professora Denise</p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

Rodrigues  
Presidente

306  
7

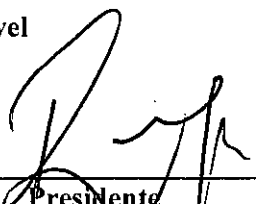
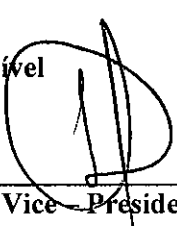
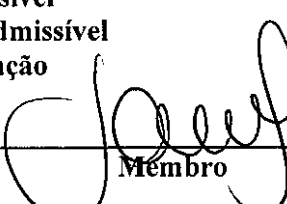
**COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CAUSA ANIMAL**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ECM 20


AUTOR: \_\_\_\_\_

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Causa Animal (CSASMACA):

<p align="center"><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Presidente</p>	<p align="center"><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Vice-Presidente</p>
<p align="center"><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p>( ) Admissível ( ) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center">_____ Membro</p>	<p align="center"><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p>( ) Admissível (<input checked="" type="checkbox"/>) Não-admissível ( ) Abstenção</p> <p align="center"> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**

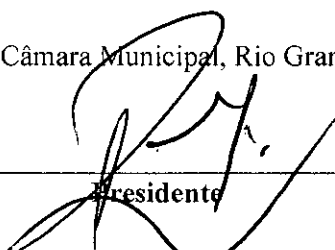
(☒) Admissível  
( ) Não-admissível  
( ) Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(☒) Admissibilidade  
( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de 10 de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

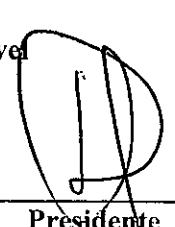
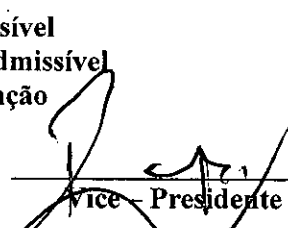
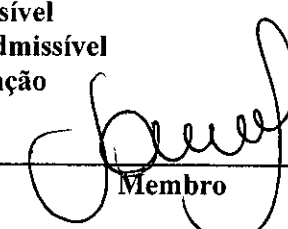
2023

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
AUTOR: \_\_\_\_\_

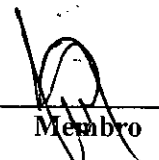
TIPO/Nº: extraordinária

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL):

<p><b>Vereadora Professora Diacuiara</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Presidente</p>	<p><b>Vereador Rogério Gomes</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Rafael Missiunas</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input checked="" type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> _____ Membro</p>

**Vereador Lary**


☒ Admissível  
☐ Não-admissível  
☐ Abstenção

  
\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

808  
69

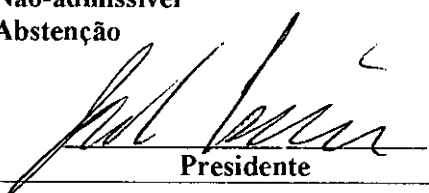
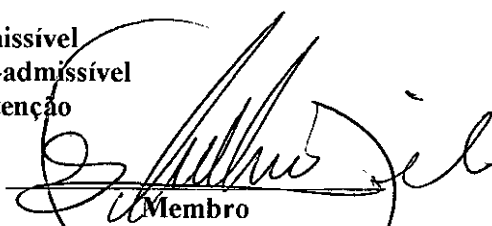
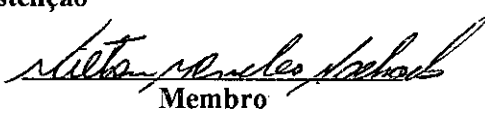
**COMISSÃO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ZELADORIA**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: RECURSO

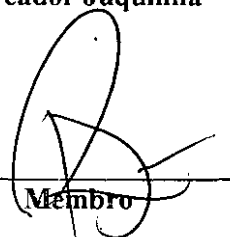
AUTOR: \_\_\_\_\_

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Obras, Infraestrutura, Habitação e Zeladoria (COIHZ):

<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível          ( ) Não-admissível          ( ) Abstenção</p> <p>          Presidente</p>	<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p>( ) Admissível          ( ) Não-admissível          ( ) Abstenção</p> <p>_____          Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível          ( ) Não-admissível          ( ) Abstenção</p> <p>          Membro</p>	<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Admissível          ( ) Não-admissível          ( ) Abstenção</p> <p>          Membro</p>

**Vereador Juquinha**

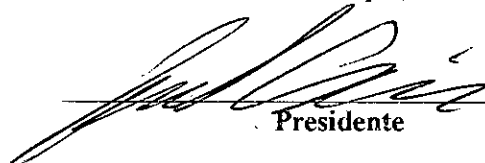
( ☒ ) Admissível  
 ( ) Não-admissível  
 ( ) Abstenção

  
 Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

( ☒ ) Admissibilidade  
 ( ) Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.

  
 Presidente

92

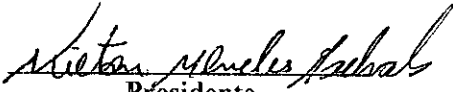
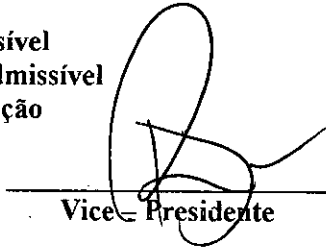
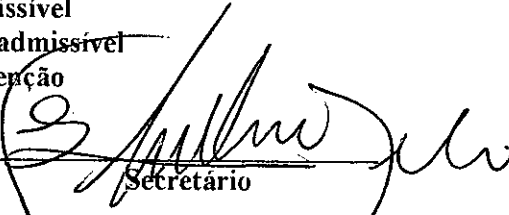
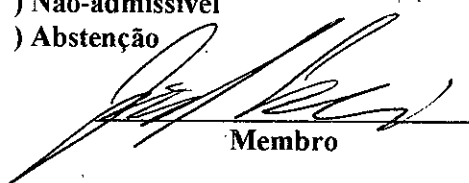
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: ENC. Nº 30

AUTOR: \_\_\_\_\_

Após apreciar o referido projeto, assim votou cada membro da Comissão de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo(CDRPC):

<p><b>Vereador Nilton Machado</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Presidente</p>	<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Repolhinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Secretário</p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p> Membro</p>
<p><b>Vereador Rovam</b></p> <p><input type="checkbox"/> Admissível <input type="checkbox"/> Não-admissível <input type="checkbox"/> Abstenção</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Admissibilidade  
☐ Não-admissibilidade

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Presidente

OFF  
8





**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**

O BERÇO DO PARLAMENTO CAUCHO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 66 AO  
SPLE Nº 16/2023

30/10/2023  
Protocolo nº 4343/2023

Altera a redação do inciso I do Art. 3-A, que passa a valer com a seguinte redação:

"Art.3-A: O Município ao aplicar a vedação de circulação dos VTAs na Zona Urbana, assume a obrigação de:

I- Alcançar auxílio financeiro aos condutores cadastrados, pelo prazo mínimo de 06 meses, *correspondente a 1 (um) salário mínimo*, cujo o efetivo pagamento deverá ser iniciado em até 30 dias da entrega dos VTAs;"

Justificativa: Em Plenário.

**Rovam Castro**  
Partido dos Trabalhadores

**Professora Denise**  
Partido dos Trabalhadores

**Rafael Missiunas**  
Partido dos Trabalhadores

**Regininha**  
Partido dos Trabalhadores

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**DESPACHO**

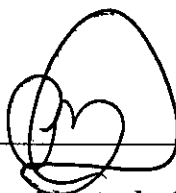
**TIPO / Nº:** \_\_\_\_\_

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

V. V. V.

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.  
( ) Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM  
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Relator(a)

338

## DESPACHO

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

Na condição de Relator (a):

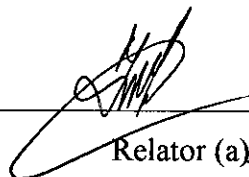
( ) O presente projeto atende às normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende às normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Morales</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Membro</p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
☒ Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
☒ Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de junho de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

579



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM / /2023	ATA	23/10/2023
APROVADO EM / /2023		Emenda n.º <u>67</u> ao
REJEITADO EM / /2023		PLE n.º 16/2023
ARQUIVO		Protocolo n.º <u>4346/2023</u>

**EMENDA**

**Exmo. Sr. Presidente**

O Vereador abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

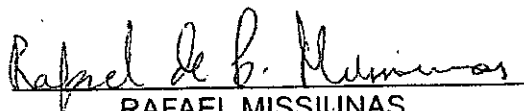
**Art. 1º** Altera a redação do Art. 3-A, incluindo o inciso IV, do Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023 que passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 3-A (...)**

**IV-** Disponibilizar vagas para a alfabetização de jovens e adultos, bem como a conclusão do ensino fundamental para os condutores de VTAs e seus familiares;  
**(NR)**

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**Justificativa:** Em plenário.

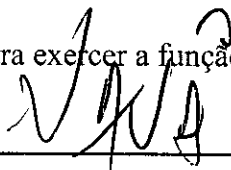
  
RAFAEL MISSIUNAS  
Vereador do PT

5  
4  
3  
2  
1

**DESPACHO**

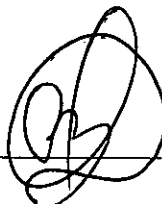
**TIPO / Nº:** \_\_\_\_\_

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):



Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.



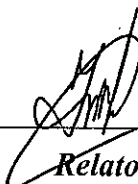
Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.
- ☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM
- ☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de Outubro de 2023.



Relator(a)

976

## DESPACHO

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

Na condição de Relator (a):

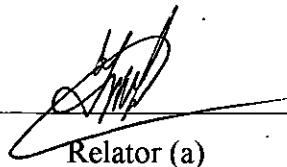
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



Relator (a)

397

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  <b>Presidente</b></p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  <b>Vice-Presidente</b></p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  <b>Secretário</b></p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  <b>Membro</b></p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
☒ Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
**Membro**

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
☒ Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

9/12/23





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM / /2023	ATA	Emenda n.º <u>68</u> ao PLE n.º 16/2023	23/10/2023
APROVADO EM / /2023			Protocolo n.º <u>4347</u> /2023
REJEITADO EM / /2023			
ARQUIVO			

**EMENDA**

**Exmo. Sr. Presidente**

O Vereador abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

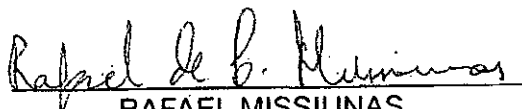
**Art. 1º** Altera a redação do Art. 1, acresce o inciso IV, do Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023 que passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 3 (...)**

**IV-** Ficam vedadas prorrogações dos prazos estabelecidos nos incisos anteriores; **(NR)**

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**Justificativa:** Em plenário.

  
RAFAEL MISSIUNAS  
Vereador do PT

dfc

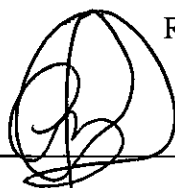
**DESPACHO**

**TIPO / Nº:** \_\_\_\_\_

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

*V. M. A.*

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.



Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**Presidente da Comissão**

**DESPACHO**

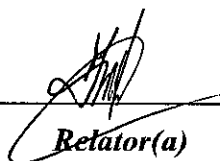
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.

☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM

☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.



**Relator(a)**

*30/10*

## DESPACHO

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

Na condição de Relator (a):

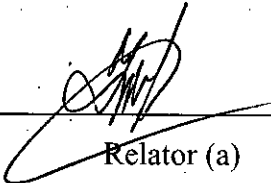
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Relator (a)

12/10/23

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Vice – Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Secretário</p>	<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Membro</p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
☒ Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Regininha  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
( ) Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

102  
34



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM / /2023	ATA	23/10/2023
APROVADO EM / /2023	Emenda n.º 69 ao	Protocolo n.º ____/2023
REJEITADO EM / /2023	PLE n.º 16/2023	
ARQUIVO		

**EMENDA**

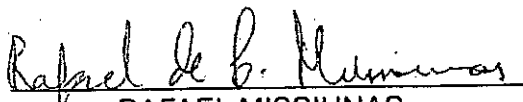
**Exmo. Sr. Presidente**

O Vereador abaixo assinado, após ouvida a casa, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023:

**Art. 1º** Fica suprimido o Art. 9º do respectivo Substitutivo do Projeto de Lei 16/2023.

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

**Justificativa:** Em plenário.

  
RAFAEL MISSIUNAS  
Vereador do PT

539  
A

**DESPACHO**

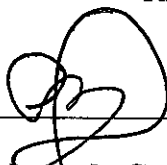
**TIPO / Nº:** \_\_\_\_\_

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

*V. M. M.*

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 30 de *outubro* de 2023.



Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.
- ☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM
- ☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 30 de *outubro* de 2023.



Relator(a)

*30/10/23*



## DESPACHO

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

Na condição de Relator (a):

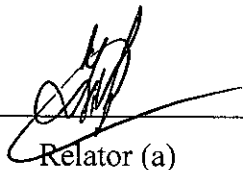
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

( ) Voto em separado

( ) Vista ao autor

Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

  
Relator (a)

825  
8/9

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

PROTOCOLO Nº: \_\_\_\_\_

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

AUTOR: \_\_\_\_\_

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Presidente</p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Vice-Presidente</p>
<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Secretário</p>	<p><b>Vereador Eabinho</b></p> <p>( ) Constitucional  <input checked="" type="checkbox"/> Inconstitucional  ( ) Antijurídico  ( ) Antiregimental  ( ) Inadequado a Técnica Legislativa  ( ) Abstenção</p> <p>_____  Membro</p>

**Vereadora Regininha**

( ) Constitucional  
☒ Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
Regininha  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

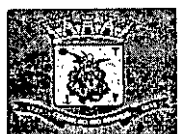
- ( ) Constitucionalidade  
☒ Inconstitucionalidade  
☒ Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Presidente

*Des*  
*R*





Para nossa análise as Emendas 66, 67, 68 e 69, ora analisadas, ao Projeto de Lei nº 16, de 2023.

Na análise de uma emenda, espécie de alteração legislativa do projeto de lei original, cabe verificar primeiro se ela se relaciona aos dispositivos da proposição que pretende alterar, incluir ou suprimir. Segundo, se a emenda se relaciona a serviços cuja competência para disposição é privativa do Poder Executivo. Terceiro, se cria ou aumenta despesas. E quarto, se não produz nenhuma contradição, isto é, se mantém coerência com o texto da proposição como um todo.

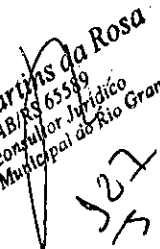
O poder de emendar proposições que tramitam na Câmara Municipal é inerente ao exercício da atividade parlamentar. A apresentação de emendas aos projetos legislativos cabe a qualquer vereador ou a qualquer das comissões legislativas da Câmara. Podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, conforme visem, respectivamente, a eliminar, substituir, acrescentar ou alterar qualquer disposição do original.

Todavia, em relação às matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a capacidade de propor emendas possui óbice capaz de afetar sua viabilidade. As emendas que apresentem alterações substanciais ou determinem o aumento de despesa inicialmente prevista em projetos de leis de iniciativa privativa do Poder Executivo são consideradas inconstitucionais.

Nos casos em que a iniciativa seja privativa, não só o início do processo por Vereador está vedado, como também a propositura de emendas que o modifiquem. A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e quantitativamente o poder de emenda para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu:

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa.

  
**Osvaldino Olivetira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande  
127  
7



Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que – respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004)


Assim, desde que respeitadas as limitações ao poder de emendar estabelecidas na Constituição Federal, nada obsta que o vereador proponha emenda ao projeto de lei em tramitação.

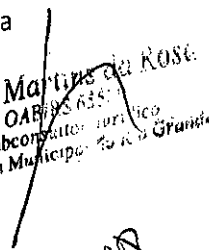
Uma vez feitos esses necessários esclarecimentos preliminares, passa-se a examinar as emendas.

Ocorre que se vislumbra interferência do Legislativo na organização e funcionamento dos serviços públicos municipais do Executivo, uma vez que a proposição sob a forma de emenda pretende dizer como esse serviço será prestado pela Prefeitura, em termos de estabelecimento de condições para prestação do serviço de capacidade de transporte e delimitação de itinerário para circulação.

Com efeito, as proposições em análise se referem a serviços públicos, indo de encontro ao entendimento de que há esta interferência entre os Poderes, como se destaca no trecho transcrito abaixo decisão proferida nos autos do RE no 745660, pelo Ministro Dias Toffoli:

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil - **matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública**, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...)” (ADI no 3394/AM, Rel. Min. Eros Grau, Dje 15/8/08). (grifou-se)

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 635  
Substituto Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande

528  
7

Dessa forma, o STF sustenta que a análise da constitucionalidade da iniciativa deve restringir-se às matérias elencadas para o Executivo no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da CF, aqui citado tão somente com fins de analogia:

Art. 61. [...]

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

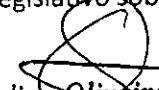
b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (grifamos)

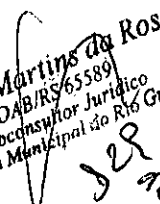
Esclareça-se que na competência constitucionalmente delegada aos Municípios para dispor sobre a matéria em análise, o exercício de tal autonomia se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os Poderes, consoante o princípio previsto desde a Constituição Federal e reproduzido no ordenamento jurídico dos outros entes federativos<sup>1</sup>

A título de exemplo, cita-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre a matéria ora analisada, como demonstra a ementa abaixo transcrita:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA. LEI MUNICIPAL DISPONDO SOBRE PROGRAMA DE REDUÇÃO GRADATIVA DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA.** 1. A Lei - Cachoeirinha nº 4.545, de 12SET19, padece de vício formal na medida em que o Poder Legislativo invadiu a seara de competência do Poder Executivo Municipal, pois afronta dispositivos constitucionais que alcançam ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa privativa para editar leis que disponham sobre normas de circulação e tráfego no âmbito do Município, especialmente no que se refere à redução gradativa de veículos de tração animal. 2. Verificada a ocorrência de vício de inconstitucionalidade formal e, conseqüentemente, afronta aos arts. 8º, caput; 10; 60, II, "d"; e 82, II, III e VII, todos da CE-89, o que autoriza o manejo da presente ação direta de inconstitucionalidade. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE.** (Direta de Inconstitucionalidade de Inconstitucionalidade, Nº 70085690279, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em: 17-03-2023) (grifou-se)

Reitera-se que se parte do princípio de que a independência não pressupõe ingerência nos assuntos internos de um Poder pelo outro. Destarte, infere-se ilegítima a iniciativa do Legislativo sob a forma de emenda para o projeto de lei em análise.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Roger Martins da Rosa**  
OAB/RS 65589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande



Ante o exposto, em conclusão, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a formação da convicção dos membros desta Câmara e, ainda, assegurada a soberania do Plenário, opina-se pela inviabilidade das Emendas 66, 67, 68 e 69, ora analisadas, ao Projeto de Lei nº 16, de 2023.

*Roger Martins da Rosa*  
OAB/RS 68589  
Subconsultor Jurídico  
Câmara Municipal do Rio Grande

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

927  
7/2